

ISSN 2318-9282

número 5

ano 2

dez 2014

des;idades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

5

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



NIPIAC

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio
para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as

publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Lucia de Mello e Souza Lehmann

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Alexandre Bárbara Soares

Carina Borgatti Moura

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Suzana Santos Libardi

EQUIPE TÉCNICA

Isa Kaplan Vieira

Laiz Prestes Carneiro

Paula Pimentel Tumolo

Polyana Alves de Oliveira

REVISORA

Sheila Kaplan

TRADUTORA

Flavia Ferreira dos Santos

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane

Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

índice

EDITORIAL 7

TEMAS EM DESTAQUE

Identities juvenis e consumo musical de ‘reggae’ e ‘rap’ em Cuba 9
Yoannia Pulgarón Garzón

**Uso de crack entre jovens.
Histórias para reconstruir os percursos de cuidado e cidadania** 17
Edna Linhares Garcia
Alíssia Gressler Dornelles
Mauriceia Eloisa Moraes
Bruna Rocha de Araújo
Emanuelli Paludo
Giórgia Reis Saldanha

ESPAÇO ABERTO

**O importante é alimentar a curiosidade.
Um ponto de partida para a divulgação da ciência junto a crianças e jovens** 25
ENTREVISTA DE Lucia de Mello e Souza Lehmann
COM Neuza Rejane Wille Lima

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

RESENHAS

Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión 32
RESENHA POR Gabriela Magistris

Porque así soy yo. Identidad, violencias y alternativas sociales entre jóvenes pertenecientes a “barrios” o “pandillas” en colonias conflictivas de Zapopan 38
RESENHA POR Jaileila de Araújo Menezes

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 44

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 48

“**Tornar-se**”, como o contínuo processo de ser, demanda que os sujeitos humanos (re-)inventem permanentemente os sentidos de sua existência. Para os jovens, inseridos nas condições econômicas e culturais de vida das sociedades modernas, trata-se de buscar novas filiações simbólicas que lhes permitam reconfigurar sua posição no mundo como atores e participantes de um espaço mais amplo e complexo que o da família de origem. Assim, embarcar na aventura da existência significa, para o/a jovem, desapegar-se de referências estáveis que até então constituíram para ele/a um mundo sólido de sentidos e valores. Como processo singular, este percurso se afirma e se realiza não necessariamente atrelado a uma lógica institucionalizada de etapas de vida com suas caracterizações típicas e pontos de chegada. “**Tornar-se jovem**”, como processo de ser o que se é, ou se quer ser, é sempre tentativo, imprevisível e aterrorizante para o sujeito, assim como, frequentemente,positor e transgressor às expectativas normalizadoras da ordem vigente.

Nesta edição da **DESIDADES**, trazemos na seção TEMAS EM DESTAQUE, dois artigos que enfocam, sob diferentes ângulos, as vicissitudes das experiências juvenis na busca da afirmação de ser. O artigo da pesquisadora Edna Linhares Garcia e Colaboradoras, resultado de sua extensa investigação sobre o consumo de *crack* em Santa Cruz do Sul, Brasil, nos indica a equivocidade de se pensar o *crack* como o vilão das desgraças sociais, desobrigando a reflexão sobre o mal-estar social e o sofrimento individual que propiciam seu uso. As autoras iniciam o artigo com as palavras de um jovem de 14 anos para quem “a vida parou” depois que se iniciou no *crack*. Expressão que revela a brutal e mortífera paralisia do jovem frente às interpelações, talvez atemorizantes, de reinventar o sentido de viver e continuar sendo.

O segundo artigo, da pesquisadora cubana Yoannia Pulgarón Garzón, do Centro de Estudos sobre a Juventude, de Havana, Cuba, discute como as subculturas do hip hop e do rastafari, ainda que oriundas de outras partes do mundo, são re-sintetizadas como dispositivos de construção identitária para os jovens cubanos. Para a autora, estas culturas conseguem dispor, para os jovens, de elementos como a música ‘rap’ e ‘reggae’, valores éticos e espirituais, e ideologias, que possibilitam a (re-)elaboração simbólica da posição do jovem cubano na sociedade atual e de sua leitura da realidade social. Para os jovens, principalmente aqueles discriminados por sua cor e posição social, ser ‘rasta’ ou ‘rapper’ significa afirmar a oposição a valores vigentes, celebrando posicionalidades marginais.

Na seção ESPAÇO ABERTO desta edição, trazemos a entrevista de Lucia Lehmann com a pesquisadora Neuza Rejane Wille Lima, da Universidade Federal Fluminense, Brasil, sobre o difícil empreendimento que é tornar a ciência mais acessível às crianças e jovens. Se democratizar a sociedade implica, sobretudo, tornar o conhecimento de, e para, todos e todas, torna-se imperativo fazer chegar às crianças e jovens o que é produzido nas universidades e centros de pesquisa. Tarefa que demanda fazer com que este público possa enxergar a relevância deste conhecimento para, então, dele apropriar-se.

Duas resenhas, na seção INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS, compõem este número da **DESIDADES**. A pesquisadora brasileira Jaileila de Araújo Menezes resenha o livro **“Porque así soy yo’. Identidad, violencias y alternativas sociales entre jóvenes pertenecientes a ‘barrios’ o ‘pandillas’ en colonias conflictivas de Zapopan”**, dos pesquisadores mexicanos Rogelio Marcial Vázquez e Miguel Vizcarra Dávila. Na sua apurada resenha, a autora pergunta a partir da leitura do livro: “Quais as possibilidades de escuta/mudança na condição de vida (im)posta aos jovens latino-americanos que buscam na imigração ilegal para os Estados Unidos ou na adesão ao narcomundo oportunidades de sobrevivência?” A outra resenha, elaborada pela pesquisadora argentina Gabriela Magistris, do livro coordenado por Valeria Llobet, **“Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión”**, apresenta uma coletânea de artigos em que diversos pesquisadores e docentes latino-americanos discutem sobre a singularidade dos processos de “tornar-se criança” e “tornar-se jovem” nesta região do mundo.

Finalmente, brindamos o leitor e a leitora de **DESIDADES** com o LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO das publicações em livro na área de ciências humanas e sociais sobre infância e juventude ao longo do período de setembro a dezembro de 2014. Trabalho dedicado e precioso da nossa equipe editorial!

Lucia Rabello de Castro

EDITORA CHEFE

Identities juvenis e consumo musical de 'reggae' e 'rap' em Cuba

Yoannia Pulgarón Garzón



FOTO - Adalberto Camperos

As mudanças em cada geração de jovens se caracterizam por diversos processos, tais como os seus âmbitos de socialização, os seus novos códigos, linguagem e formas de perceber, apreciar, classificar e distinguir valores e princípios; isto é, todos aqueles processos culturais que marcam as transformações nas maneiras de se encontrarem e narrarem as suas identidades.

As gerações se diferenciam quanto à memória, à história que as perpassa e às formas de perceber o que lhes é característico. Pertencer a outra geração supõe, de algum modo, possuir códigos culturais diferentes, que orientam as percepções, os gostos, os valores e os modos de apreciar, desembocando em mundos simbólicos heterogêneos com distintas estruturas do sentido.

A música é um dos elementos estruturadores do sentido que se tem tornado cada vez mais efetivo para os jovens se expressarem e participarem da sociedade. Com a sua capacidade para transmitir mensagens, estados de ânimos, sentimentos e ideologias, a música se converteu em uma poderosa arma simbólica e de expressão

identitária para várias gerações de jovens. Ritmos como o 'reggae' e o 'rap' emergem como exemplos fidedignos deste uso e constituem eixos articuladores de construções identitárias específicas e maneiras de se viver na sociedade. O presente artigo não pretende se aprofundar na vertente musicológica do assunto e sim na marca e na influência sociocultural destes fenômenos musicais sobre as maneiras de viver e de ser em uma realidade como a do contexto cubano atual.

“As práticas musicais se caracterizam por serem um meio social através do qual se identificam e se distinguem simbolicamente os entes que delas participam a partir de elementos socializadores postos em prática pelos sujeitos consumidores. Estas também

constituem um meio simbólico onde se interrelacionam a comunicação, a participação e o consumo, o gosto como elemento preponderante, isto é, o gozo e o prazer. Estes processos contribuem com o processo socializador e são, por sua vez, um importante fornecedor de intercâmbio que, sobre a base do sentido que lhe atribuem os sujeitos que participam dele, propicia um ambiente que permite captar modos de vida de outros sujeitos e incorporar novas pessoas. [...] Portanto, as dinâmicas musicais são um campo gerador de espaços para as relações socioculturais que possibilita ou favorece o aprofundamento de velhas relações e o fortalecimento ou legitimação de novas relações, bem como a emergência de outras identidades e des-identidades baseadas no gosto e nos comportamentos apreendidos. Isto é, permitem aos sujeitos sociais criarem e recriarem mecanismos que chamem a atenção ou o interesse dos outros, mostrando originalidade e diferença em seus estilos e formas de se comportarem ou se manifestarem nos diferentes lugares.” (BAYONA, 2012)

Neste sentido, consumir, distribuir e produzir ‘reggae’ e ‘rap’, assim como construir lógicas simbólicas articuladas a estes consumos, têm sido duas das características mais visíveis das grupalidades juvenis: os rastafaris e os expoentes do hip hop, respectivamente. Como consequência da intervenção do mercado nos processos culturais, do impacto da globalização nas indústrias culturais e da comercialização destes produtos musicais, estes grupos se configuraram como padrões culturais globais a serem seguidos por uma parte dos jovens, mesmo quando não tenham surgido nos contextos nacionais nos quais já se expressam.

‘Reggae’ e rastafari: dois lados da mesma moeda?

A cultura rastafari, em alguns casos também denominada como movimento rastafari¹, deixou um legado em muitas sociedades contemporâneas. O interesse por estudá-la deveu-se, entre outros elementos, ao seu caráter contracultural e ao funcionamento articulado do seu sistema simbólico expressado através da simbiose de elementos ideológicos, religiosos e materiais. Esta cultura foi protagonista de muitas pesquisas culturais e antropológicas, que indagaram acerca dos elementos culturais que ela proporcionou em cada contexto social, bem como acerca da sua marca como expoente e fiel defensora de tradições e costumes africanos.

Durante a primeira etapa do seu desenvolvimento, muitos jovens dos guetos urbanos da Jamaica se apropriaram da filosofia deste movimento, incorporando a ela a sua herança social, o seu espírito empreendedor e as suas ânsias de rebeldia resultantes de terem crescido em condições de evidente pobreza. A isso soma-se o surgimento do ‘reggae’, como resultado da evolução da música popular jamaicana. Este novo ritmo musical cons-

1. A cultura rastafari surge e se desenvolve na Jamaica a partir de 1930. No começo, se converteu em um movimento de resistência e em uma resposta cultural alternativa ante o colonialismo vivido por tantos anos nessa ilha caribenha. Os postulados ideológicos promovidos desde as etapas iniciais exaltavam o orgulho racial e a valorização da cultura e da história da África, através das correntes de pensamento etiopianismo e garveyismo.

tituiu um veículo de projeção crítica da sociedade: “naquele momento muitos jovens como Jimmy Cliff, Bob Marley, Peter Tosh etc. utilizariam o ‘reggae’ para expressar desejos rastas e censurar com força a ordem social vigente» (FURÉ, 2011, p.44).

Ao começar a década dos 1970, na sua terceira etapa, rastafari e ‘reggae’ constituíam já um sistema articulado em torno de uma unidade temática, na qual os problemas sociais e uma visão realista do futuro eram preocupações fundamentais. Nesta fase fortaleceu-se a secularização – os até então símbolos religiosos e atributos espirituais foram adotados por pessoas de todo o mundo como resultado da ininterrupta globalização cultural.

Como fenômeno eminentemente importado, a cultura rastafari entra em Cuba na mesma década de 70, sendo um dos estilos alternativos da juventude, identificando-se dentro desta faixa etária “os provenientes do setor estudantil (médio e universitário) e o trabalhador (principalmente o operário)” (FURÉ, 2011, p.47). O principal canal de entrada desta cultura foi mediante a difusão do ‘reggae’, o qual teve uma grande receptividade por parte de alguns setores de jovens devido ao ritmo que propunha, apesar de ser uma música estrangeira, em inglês. A presença no país de grandes grupos de estrangeiros, alguns como turistas e outros como estudantes caribenhos, contribuiu para a socialização do fenômeno cultural no contexto cubano. Estes, na sua maioria, eram portadores de informação e novos estilos associados à realidade desta cultura. A aceitação do ‘reggae’ e da ideologia rasta foi um elemento de distinção para os jovens, que a tomaram como uma nova forma de expressão, e contribuiu para a configuração desta nova identidade cultural microssocial.

O consumo deste ritmo musical os levou a questionar as entrelinhas das suas letras, cujo significado só se evidenciava quando acompanhado daqueles símbolos e atributos reveladores da essência rastafari. Entenda-se aqui o uso dos ‘dreadlocks’², com a carga conceitual, espiritual que sustentam, mudanças nos hábitos alimentares etc. Em outras palavras, o ‘reggae’ influenciou sobre a forma de atuar e de pensar das pessoas, conseguindo modificar o modo como os sujeitos conheciam e compreendiam a sua realidade mais imediata.

No caso da cultura rastafari, alguns dos seus principais símbolos se convertem em práticas que a sustentam. Esta articulação entre o simbólico e os comportamentos revela o caráter sistêmico e relacional que caracteriza a formação identitária do rastafari, na qual não se observa um elemento primário em uma relação causal, e sim elementos que se complementam e se interrelacionam dialeticamente.

O sistema simbólico rastafari tem como principal expoente o ‘reggae’. Este gênero musical constitui um elemento nucleador e articulador do resto dos componentes do sistema³. Ele tem servido de instrumento de defesa dessa cultura para ressaltar os seus

2. ‘Dreadlocks’ são tranças longas, conseguidas tecendo o cabelo de forma natural.

3. Integram o amplo complexo simbólico da cultura rastafari: os ‘dreadlocks’, as cores vermelha, amarela, verde e preta, Bob Marley, Haile Selassie I, o leão, práticas como o consumo de ganja, ou maconha, o vocabulário rasta, o não consumo de carnes nem peixes, a concepção de Babilônia, as ideias de paz e amor, assim como as ideias de retorno à África, entre outros.

valores espirituais e éticos. Neste caso, a música atua como geradora de um modelo de filiação manifestado através das próprias letras. No entanto, é preciso esclarecer que o rastafari se apropria do 'reggae', mas nem todo 'reggae' é exclusivo do rastafari.

O consumo desta música reproduz os rastafaris como grupo social e, além disso, se torna um espaço de produção, na medida em que eles promovem ou criam as músicas para socializarem as suas mensagens. Na tentativa de marcarem pautas e de se identificarem como uma cultura, os rastas realizam outras atividades associadas à socialização desta música, este é o caso do show de 'reggae'. Este consiste em uma «apresentação ao vivo de uma ou mais bandas ou solistas que interagem com um público heterogêneo, organizada com apoio institucional ou sem ele e sempre em lugares públicos. É um processo crucial do processo sociocultural gerado por esta música e as suas mensagens, como respostas principais de identidade do sujeito para o outro” (FURÉ, 2011, p.155). Constitui uma proposta de reafirmação grupal e de defesa dos seus padrões culturais.

O uso de cenários específicos, geralmente urbanos, para desenvolvê-los fala da sua denotação majoritariamente citadina; e a definição contracultural e de resistência se manifesta quando defendem com mais força os espaços não institucionalizados e menos oficiais para a realização dos shows. Em certas ocasiões, estas celebrações se realizam para comemorar datas simbólicas do movimento, que se convertem em momentos de encontro e de reafirmação cultural.

Segundo o pesquisador cubano Samuel Furé, “o reggae aqui não é uma expressão musical consolidada, legitimada e institucionalizada como o 'rock' e o 'rap'. É simplesmente 'manufaturado' em Cuba, mas as fusões com estruturas musicais do país e o conteúdo social das letras imprimem a ele características distintivas, cubanas (...)” (FURÉ, 2011, pp.144-145). Pode-se falar em Cuba da produção de um tipo de 'reggae' distinto do proveniente da Jamaica e comercializado internacionalmente. E ainda que não tenha conseguido se institucionalizar no ambiente cultural do país, se faz notar em pequenos espaços de consumo dos rastas e de outros grupos sociais, adeptos deste ritmo.

O 'rap' cubano: reflexo de identidades submersas?

O 'rap' forma parte dos quatro elementos que configuram a cultura hip hop como expressão identitária e de reafirmação simbólica: o 'rap', os DJs ou MCs (Mestres de cerimônias), o 'break' e os grafiteiros. Como expressão musical de um movimento também de resistência, consegue se converter em bandeira, voz e instrumento de denúncias para os seus protagonistas. A sua origem se articula à do próprio movimento, nos guetos negros e latinos dos Estados Unidos, principalmente nos contextos marginais do Bronx nova-iorquino. Através de um discurso de denúncia social, emerge como um movimento de protesto e de crítica à cultura dominante e aos seus modelos de consumo.

Esta música reflete um compromisso social que culmina na diversidade de gêneros e projeções de temas tão importantes e controversos que por si só anunciam um ressurgimento de um pensamento e uma atitude diante da vida. As origens desta música também refle-

tem um tributo à herança africana, uma preocupação por reivindicar os direitos daqueles que foram arrancados das suas raízes depois da colonização e do tráfico de escravos da África. Por outro lado, mostra o sentimento daqueles que a defendem na atualidade.

“A música rap, qualificada como uma atitude rebelde, se compõe de um discurso, considerado por alguns de resistência, e representa, portanto, uma prática cultural contestadora. De maneira que o hip hop também é considerado como uma cultura de resistência e, do mesmo modo que outros segmentos juvenis que configuram este universo, [os seus representantes] o enriquecem a partir das experiências que refletem através da trama musical. Isso possibilita a incorporação deste estilo às suas vidas cotidianas e a dos seus seguidores, a configuração de espaços simbólicos, de relações e identificações, a apropriação de códigos, a busca de um vestuário próprio com seus acessórios e códigos linguísticos, atribuindo assim sentido e significado aos espaços simbólicos que se constroem e às interações que realizam neles” (BAYONA, 2011).

O ‘rap’ como fenômeno intercultural é resultado da dinâmica social, o que influi extraordinariamente nos seus níveis e formas de consumo, nos modos de fazer esta música, nos estilos de se assumir e nos valores a defender. Tudo isso se converteu em práticas identitárias, e maneiras de ser, também coerentes com as promovidas pela própria cultura hip hop. Neste sentido se estabelece uma relação dialética entre o ‘rap’ como produto musical e os sujeitos que constroem as suas identidades associadas a este processo simbólico cultural. Analisá-lo como prática cultural, geradora de sentidos de vida e reafirmações identitárias, nos obriga a não descontextualizá-la, tendo em conta as funções que realiza e a sua importância para o contexto ou grupo social que a reproduz.

É neste sentido, como indica Jesús Martín-Barbero (1992), que se pode identificar e estudar as práticas culturais:

“(...) como toda expressão que enriquece o meio no qual o indivíduo se desenvolve e defende a sua identidade. Estas se constituem em memória do processo de socialização onde o intercâmbio exige uma profunda relação entre os indivíduos e o meio que os rodeia, ou seja, as práticas culturais se transformam em mediações nos gestos diários dos indivíduos e respondem ao meio social que os circunscreve.” (MARTÍN-BARBERO, 1992).

É assim que o ‘rap’ se converte em memória viva para os seus consumidores e os seus produtores, é um sentido de ser, de estar e de se assumir. Justamente esta particularidade foi uma das mais reconhecidas pelos ‘rappers’ cubanos, que, na sua maioria, constroem estas lógicas simbólicas a partir do prisma estruturador da cor da pele e de dinâmicas sociais desfavoráveis.

Para o pesquisador Marc D. Perry, “no centro da autoexpressão do ‘rap’ (cubano) como movimento cultural se encontra uma forte e celebrada identidade de negritude”. Escreve ele:

“Esta se constata mais abertamente nas letras dos artistas, que invocam a sua identidade de negros para deixar clara a posição a partir da qual expressam as suas visões. Mas esta negritude também se pronuncia através do uso de uma moda de vestir hip hop, como as calças largas, sapatos, tênis e camisetas – que frequentemente exemplificam marcas e temas de hip hop identificados com os negros. Este estilo também se manifesta através do uso pelos

rappers de gestos corporais quando atuam e interagem entre eles. Mais do que simples expressões novas de negritude, estes diversos rituais servem como uma forma através da qual os 'rappers' e os seus seguidores praticam e vivem ativamente as suas identidades de jovens afro-cubanos." (D PERRY, s.f.)

Os inícios do hip hop em Cuba podem ser encontrados nos anos 1980, com a introdução na ilha da música 'rap' e do 'break'. No entanto, vale destacar que foi somente nos primeiros anos da década de 1990 que ele começou a surgir como movimento cultural.

As construções identitárias dos jovens cubanos em torno deste produto musical também têm nuances sociológicas muito interessantes. Partindo em primeiro lugar de que, como cultura 'underground' e de resistência, as suas propostas revelam posturas críticas diante da sociedade cubana, que são apresentadas, na sua grande maioria, a partir de posições de denúncia a problemáticas e demandas sociais. Além disso, ele se constituiu em uma forma de visibilizar (mesmo que não seja a partir da totalidade dos meios institucionalizados e formais) um ator social muitas vezes marginalizado dos contextos sociais e processos culturais. Por outro lado, deu a eles a possibilidade de realizarem novas leituras da cultura e das identidades afro-cubanas, não esquecendo da história nem do passado, mas adequando-os às complexidades específicas de uma sociedade cubana nova e ao modo como uma nova geração de afro-cubanos experimenta e assimila estas leituras.

O 'rap' cubano não pode ser visto isoladamente do contexto globalizado e dos modelos hegemônicos de consumo promovidos no mundo. Pois é a partir destes que se constroem os referentes simbólicos e ideológicos dos quais derivam as novas formas de identidade negra em Cuba, dando sua contribuição à identidade transnacional negra do 'rap' cubano. O impacto da globalização no país mudou as lógicas de vida, comportamentos e atitudes de muitos cubanos, ao incidir diretamente sobre os planos econômicos, sociais e simbólicos do país e dos seus atores.

Na Ilha, o 'rap' simboliza e/ou representa para os seus protagonistas uma experiência de liberdade, na qual se manifesta e se faz o que se sente. Isso leva a uma identificação com a essência do movimento, bem como com os seus referentes simbólicos de expressão alternativos. Tudo isso gera compromissos culturais, sociais e políticos com a diáspora negra, a música, consolidando-os como grupos e atores sociais ativos.

NOTAS NECESSÁRIAS

Os processos de filiação simbólica e identitária descritos revelam a existência de elementos comuns, que confluem e matizam as dinâmicas no interior destas grupálicas. Um primeiro elemento a se considerar é a origem estrangeira dos seus referentes simbólicos e culturais, o que implica que, na sua contextualização à realidade cubana, não estejam isentos de se diversificarem e se atenuarem a partir dos novos cenários de expressão. Isso mantém relação com os novos significados que podem ser dados a alguns símbolos e atributos destas identidades juvenis, a partir das lógicas concretas que expressem e das necessidades que satisfaçam individual e coletivamente.

Além disso, estes ritmos se desenvolveram no país como subculturas, ou como formas de resposta juvenil que partem de uma alternatividade cultural, o que fez com que tenham encontrado posições de resistência e de não aceitação total por parte da cultura dominante. Em ambos os casos, se construíram também como identidades em resposta a uma condição de marginalização estrutural vivida, conseguiram afiançar os seus processos identitários em torno do conjunto daqueles símbolos, ideias e imagens considerados marginais. Por outro lado, tiveram que assumir uma atitude de resistência cultural diante dos preconceitos negativos, às vezes determinados pela cor da pele e da aparência física (como reações sociais e institucionais), aparecendo entre eles uma identidade individual e coletiva consolidada.

Ser rasta ou 'rapper' (expoente do hip hop) hoje em Cuba é resultado de processos sociais e dinâmicas identitárias que podem ser diversas, assim como também são as maneiras de viver e de se reproduzirem culturalmente como tal. Estes, como um eixo substancial às suas identidades, se comunicam e interagem constantemente através dos produtos musicais que servem de base para estas construções simbólicas, transformadas em estilos de vida e formas de ser jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAYONA MOJENA, Rosilín. *Cubaliteraria*. Impresiones sobre la cultura rapera capitalina. Disponível em: <http://www.cubaliteraria.cu/articulo.php?idarticulo=13917&idseccion=25>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

BAYONA MOJENA, Rosilín. *Cubaliteraria*. La música como forma de participación y consumo. Disponível em: <http://www.cubaliteraria.cu/articulo.php?idarticulo=14255&idseccion=25>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

D PERRY, Marc (s.f.). *La jiribilla*. Disponível em: <http://www.lajiribilla.cubaweb.cu>. Acesso em 7 de março de 2014.

FURÉ DAVIS, Samuel, *La cultura Rastafari en Cuba*. Editorial Oriente, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicación e imaginarios de la integración. Revista *Inter-medios*, N. 2, 1992.

RESUMO

Um dos elementos estruturadores do sentido para os jovens, que resulta cada vez mais efetivo para se expressarem e participarem da sociedade, é a música. Com a sua capacidade para transmitir mensagens, estados de ânimos, sentimentos e ideologias, ela se converteu em uma poderosa arma simbólica e de expressão identitária para várias gerações de jovens. Ritmos como o 'reggae' e o 'rap' emergem como exemplos fidedignos deste uso e constituem eixos articuladores de construções identitárias específicas e maneiras de se viver na sociedade. O presente artigo pretende se aprofundar na marca que estes fenômenos musicais deixam e na sua influência sociocultural sobre as maneiras de viver e de ser em uma realidade como a do contexto cubano atual.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades de jovens, consumo de música, 'reggae', 'rap'.

DATA DE RECEBIMENTO: 18/8/2014

DATA DE ACEITAÇÃO: 15/10/2014



Yoannia Pulgarón Garzón

Licenciada em Sociologia pela Universidade de Havana, Cuba (2009). Cursa Mestrado em Sociologia pela mesma Universidade. Pesquisadora do Centro de Estudos sobre a Juventude (Havana, Cuba), onde tem trabalhado as temáticas dos valores, cultura e identidades juvenis. É co-autora do livro "Realidad de la juventud cubana en el siglo XXI" (2013) da Editorial Ciencias Sociales. Membro do Conselho Editorial da Revista ESTUDIO.

cesjoannia@opjm.ujc.cu



Uso de *crack* entre jovens

Histórias para reconstruir os percursos de cuidado e cidadania

FOTO Leo Lopes

Edna Linhares Garcia

Alíssia Gressler Dornelles

Mauriceia Eloisa Moraes

Bruna Rocha de Araújo

Emanuelli Paludo

Giórgia Reis Saldanha

Iniciamos este artigo com a frase de um adolescente, que se destaca aos nossos olhos e ouvidos: “Nada mudou na minha vida depois que comecei o *crack*”, diz ele. Surpresa com a resposta de seu entrevistado, que, em oposição ao discurso de tantos outros sujeitos da pesquisa, não demoniza o *crack*, a pesquisadora questiona: “Como assim?”. A delicada objetividade com que a frase é repetida pelo jovem nos anuncia um encontro com revelações de realidades que passam à margem dos discursos dominantes que circulam pela mídia repetidamente.

O jovem que nos fala e se faz ouvir, que se expressa com voz tranquila e sorriso incrédulo, é João, estudante do 2º ano do Ensino Fundamental. A experiência de João demonstra a diversidade de sentimentos vivenciados em seus 14 anos de idade, regulados por excessos e limites que se tornam invisíveis por discursos de culpa com os quais se defrontou ao longo da vida.

Estas informações e fragmentos divulgados fazem parte de um banco de dados mais amplo, com diversas histórias de vida, adquirido através da pesquisa “A realidade do crack em Santa Cruz do Sul”. Maiores informações e reflexões sobre a pesquisa são encontradas na publicação “(Re)conhecendo o perfil do usuário de crack de Santa Cruz do Sul”, de Garcia et al. (2012).

A vivência de João exemplifica uma realidade com a qual nos deparamos quando nos propomos a ouvir o sujeito para além das drogas e dos discursos hegemônicos. Ao ouvirmos o discurso do sujeito e os seus múltiplos vieses, seja por meio da análise das entrevistas realizadas na presente pesquisa, seja no cotidiano dos serviços, podemos perceber, em ambos os casos, a complexidade inerente à condição de sujeito. Desta forma, não é raro que profissionais da saúde, da educação, da assistência social, entre tantos outros, se proponham a refletir sobre o cenário que constitui a vida dos jovens, especialmente dos jovens usuários de crack, fazendo emergir uma questão que exige reflexões: o que fazer diante de tantos descaminhos produzidos ou reforçados pelos encontros tão precoces com as drogas?

Ao se tratar de questões complexas, como a drogadição, compostas de fatores sociais, históricos, culturais, econômicos, políticos, adentra-se inevitavelmente no campo das políticas públicas e da intersectorialidade (saúde, educação, assistência social, sociologia, direito etc.), a partir das quais programas, ações e intervenções são pensados e elaborados com objetivo de possibilitar respostas diante de problemas decorrentes do uso abusivo de drogas. Quando estas questões abrangem a infância e a adolescência – e quase sempre o fazem –, maiores são a cautela e a prudência necessárias, já que nos referimos a sujeitos em pleno processo de constituição e desenvolvimento de sua subjetividade.

A realidade social contemporânea oferece um contexto onde o crack é colocado como vilão, o único responsável pelas “desgraças atuais”, o que ocasiona um sentimento generalizado de caos social. Conforme Terra (2011), no jornal Folha de São Paulo, “hoje já morrem mais vítimas da epidemia do crack do que das demais epidemias virais somadas. Pelas amostragens municipais, podemos inferir que 1% da nossa população está dependente da droga. São quase dois milhões de brasileiros!”.

No entanto, é indispensável que haja o reconhecimento de que, em nome do crack, tem-se construído práticas que produzem e são produzidas por uma linguagem ideológica que toma as drogas como “o problema social”. Ao assumir este discurso, menosprezam-se questões que são mais importantes e clamam por uma resposta, especialmente de como se instaurou esse fenômeno na realidade atual.

Neste sentido, o fenômeno da drogadição não pode ser visto e compreendido apenas como uma estatística assustadora que promove a demonização do crack e impossibilita

provoações reflexivas; ao contrário, estes discursos devem convocar para uma análise dos fatores que promovem e propiciam o seu alastramento.

Entender o *crack* como vilão não é uma verdade absoluta para todos. A abordagem da mídia sobre o tema tem um apelo de interesses, investindo na transmissão de um discurso social aterrorizante, resultando em uma alienação relacionada aos questionamentos sociais e econômicos envolvidos no crescimento do número de usuários. Entendido como “a problemática social”, o *crack* ocupa espaço nas agendas dos governantes, tal como um ente que, para ser combatido e a paz reinar outra vez (se é possível pensar que ela já existiu em algum momento), requer dos governos altos investimentos.

O *crack* como epidemia

A compreensão do *crack* como o vilão responsável pelos diversos problemas sociais é prioritariamente disseminada pela mídia, o que influencia diretamente nas práticas e nas intervenções para as pessoas que usam drogas. Tais ações, em sua maioria, buscam eliminar o uso do *crack* sem levar em consideração a necessidade de compreender as relações de verdade, saber e poder que as sustentam.

Podemos pensar que são produzidos discursos simplistas e a-históricos, que estabelecem uma relação causal entre usuários de drogas – sejam estes crianças, adolescentes ou adultos – e transtornos de conduta, violência, delinquência, marginalidade etc. Em decorrência desta relação linear, assistimos à produção de práticas carregadas de preconceitos e exclusões, que negam as múltiplas realidades de vida e desconsideram a possibilidade destas comporem o mesmo contexto social.

Em razão deste reducionismo e objetivação das questões que envolvem as drogas, Conte (2003, p. 14) destaca a perda da possibilidade de se conhecer “as nuances singulares de como a droga pode instalar-se em qualquer quadro clínico”, conhecimento este valioso para operar na integralidade do cuidado.

Na mesma direção, com o intuito de sinalizar os riscos dos discursos “demonizantes”, Santos (2010) chama atenção para prejuízos às conquistas da luta antimanicomial:

A falta de debates democráticos sobre o assunto tem capitalizado discursos de cunho ideológico, deixando a população à mercê de um discurso reducionista sobre o assunto, o que incide no cotidiano da rede de cuidados de pessoas que usam drogas, fragilizando e desqualificando a assistência. Além disso, este discurso coloca todas as pessoas que usam drogas ilícitas num lugar marginal, como bode expiatório dos problemas sociais, desconsiderando quaisquer outros aspectos da contemporaneidade relacionados ao tema (SANTOS, 2010, p.16).

Este panorama demonstra, de maneira direta e indireta, outra tendência da sociedade contemporânea, tão interligada à primeira: a constante e intensa tentativa de eliminar todo o sofrimento e o mal-estar, esquecendo-se ou ignorando que estes são intrínsecos ao laço social e à vida em sociedade.

Freud (1930) já lembrava que a reação mais comum diante do mal-estar é a tentativa de sua supressão imediata. Birman (2005) retoma esta proposição e considera que na sociedade atual – marcada por uma imagem ideal, sinônimo de juventude e imediatismo – os medicamentos são instrumentos profícuos para anestesiar sensações e sentimentos não desejados, servindo ao imperativo de não sentir ou manifestar qualquer indício de tristeza, fraqueza, angústia, o que poderia gerar situações de estigma e exclusão.

Este fato vem se tornando cada vez mais presente em diversos contextos da vida em sociedade. Não é difícil nos depararmos com a proposta de salvação a partir da medicalização, seja na escola, na família, no trabalho. Observa-se a recorrência com que progressivamente as pessoas buscam sedativos e estimulantes para enfrentar, por exemplo, as questões do mundo do trabalho e da escola – competitividade, pressão por resultados, solidão, concentração –, características tão presentes no cenário contemporâneo.

Contudo, ainda que esta busca por compostos químicos seja uma demanda atual, é indispensável observar que o consumo intenso dessas drogas não se apresenta como grande questão a ser debatida e combatida; o enfoque dado às drogas ainda é fortemente limitado a conceitos construídos social e historicamente, tais como licitude, moralidade, criminalidade.

Entendemos que esta discussão sobre drogas lícitas ocorre devido a se tratarem de drogas que estão asseguradas por discursos de saber e poder garantidos pela linguagem das neurociências, esta ciência que nos promete um futuro onde alcançaremos uma felicidade plena, livres da angústia estrutural (e estruturante) inerente à condição humana.

O cuidado a partir das políticas públicas

A proposta da Reforma Psiquiátrica Brasileira, regida pela Lei 10.216/2001, indica as novas diretrizes que devem ser respeitadas e seguidas para o trabalho em saúde mental. Esta reformulação objetiva a reestruturação dos modelos de atenção para lidar com o sofrimento psíquico, baseada na garantia dos direitos humanos e na condição de que todo cidadão é um sujeito de direito, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Desta forma, segundo Romanini e Roso (2012), a Política Nacional para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (2003) tenta romper com abordagens reducionistas e criminalistas, propondo uma compreensão complexa e histórica sobre o uso de drogas, que inclua aspectos individuais, sociais, psicológicos, econômicos e políticos. Os autores afirmam que ações de repressão e tratamentos centrados em aspectos biológicos, curativos e da abstinência estão ligados à criminalização do usuário de drogas e ao discurso antidrogas.

Acreditando que é possível construir uma atenção à saúde e um cuidado humanizado aos usuários de drogas, pode-se pensar em algumas assertivas apropriadas para a reflexão sobre a temática do uso de drogas, principalmente quando envolve crianças e adolescentes.

Esta perspectiva nos convoca, enquanto atores sociais, a contribuir para a construção de novos manejos de cuidado, pautados especialmente na valorização e na dimensão singular de cada sujeito, atentando para os diversos fatores que o constituem.

É importante pontuar que as toxicomanias e o uso de drogas não são sinônimos, assim como não é regra que todo usuário desenvolve uma toxicomania. E, desta forma, torna-se essencial atentar para o lugar que a droga ocupa na vida do sujeito e como ela se apresenta inteiramente singular em cada processo.

É indispensável compreender a adolescência na sua singularidade, buscando desconstruir a tendência em associá-la à fragilidade e à vulnerabilidade para, então, tentar compreendê-la como um período da vida onde os jovens se deparam com muitos conflitos de diversas ordens, diante de processos de subjetivação fundamentais e necessários aos próximos momentos da vida. Estes conflitos não necessariamente indicam (psico)patologias.

Sabemos que a adolescência desperta constantes preocupações por parte dos pais, educadores e da sociedade em geral, por entendê-la como condição propícia ao envolvimento com as drogas ilícitas. Contudo, torna-se fundamental não estabelecer uma relação de causalidade entre drogadição e adolescência, mas sim entender o contexto no qual a adolescência se constitui na modernidade. Sendo assim, é fundamental contar com contextos de sustentação familiar, escolar, comunitária, que possam produzir vínculos afetivos seguros para que o sujeito possa elaborar e conviver com todas as transformações nas quais se encontra envolto.

O uso de drogas nos convoca a olhar para o jovem

Diante dessas considerações sobre drogas e os diferentes aspectos envolvidos, torna-se imprescindível que os profissionais que trabalham direta ou indiretamente com jovens problematizem a temática, refletindo sobre os aspectos da contemporaneidade. Dessa forma, ampliarão a capacidade de transformação, valorizando a diversidade dos caminhos que podem levar à construção de valores como cidadania, ética, alteridade e relação. Isto significa realizar um esforço para abandonar o discurso hegemônico e as práticas excludentes, que desacreditam nos sujeitos, na medida em que enlaçam um caráter biologicista e moralista aos sentimentos e manifestações, tomando a todos como problemáticos e marginais.

A prática de atividades, elaboradas junto com os jovens no contexto escolar e social, é uma importante ferramenta de ação em promoção de saúde. Por exemplo, a construção de projetos artísticos (música, dança, desenho, pintura), espaços de discussão e diálogo sobre temas diversos valoriza o saber desenvolvido por eles e, com isso, ajuda-os a construir autonomia e formas de enfrentamento dos problemas da vida, ou seja, sentimentos, ideias, valores que possam lhes auxiliar na vivência de situações difíceis no contexto familiar ou na comunidade. Estas sugestões são ferramentas de intervenção com objetivo de pensar a integralidade do sujeito e não apenas o problema do uso de drogas.

Nesta perspectiva, este grupo de pesquisa vem articulando ações, tais como o “Fórum de Discussão sobre Drogas na Contemporaneidade: Caminhos de Prevenção”, que objetiva a apresentação dos dados da pesquisa aos mais diversos setores da sociedade e a constituição de um espaço de diálogo, visando à prevenção ao uso de drogas e promoção da saúde. É dirigido aos estudantes (crianças e adolescentes) da rede de ensino municipal e estadual da região, bem como aos pais, professores e profissionais da saúde, assistência social, direito, entre outras.

Vale lembrar que nenhuma ação é neutra em si mesma, que a imparcialidade é uma condição ilusória. Logo, não podemos abrir mão do caráter político de nossas ações. Na medida em que sustentamos uma posição ética, em defesa da singularidade e da alteridade do sujeito, neste mesmo instante estamos, inevitavelmente, no campo político, costurado por diversas lógicas de poder e saber, que por vezes facilitam e noutras dificultam possibilidades e desejos de avançar.

Cabe a nós, pais, profissionais, jovens, sonhadores, e muitos outros que somos, em esforço conjunto, escolhermos a posição – que é sobretudo uma posição ética – a partir da qual compreendemos o sujeito e sua existência. Este lugar exige que pensemos para além da droga, desnaturalizando ideologias que se proliferam por variados discursos e, assim, abrindo uma possibilidade de narrativa singular para a história de sujeitos como João, que nos convoca a escutar e compreender usuários de drogas como cidadãos que têm suas vidas atravessadas por uma lógica social, histórica, política, e não apenas pela droga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, B. R.; GARCIA, E. L.; ZACHARIAS, D. G. O crack em redes discursivas: evidenciando concepções e problematizando práticas de enfrentamento. *Revista Jovens Pesquisadores (UNISC)*, 3 (1), 94-108, 2013.

BIRMAN, J. Diagnóstico da contemporaneidade. In: JUNIOR A. M., TEDESCO, S.; KUPERMANN, D. (ORGS). *Polifonias: Clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CONTE, M. *A clínica psicanalítica com toxicômanos: o “corte & costura” no enquadre institucional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DIMENSTEIN, G. A Ilusão da Operação Militar no Rio. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>. Acesso em: 18 jul. 2014.

- FREUD, S. (1921) Psicologia das massas e análise do eu. In: *Sigmund Freud - Obras Completas*, vol. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GARCIA, E. L.; ARAÚJO, B. R.; ZACHARIAS, D. G. 'Recaídas' na drogadição: uma via para (re)pensar a atenção à saúde. *Saúde em Debate (CEBES)* 37 (especial), 137-146, 2013.
- GARCIA, E. L. et al. (Re)conhecendo o perfil do usuário de crack de Santa Cruz do Sul. *Barbarói (UNISC)* 36 (especial), 83-95, 2012.
- GARCIA, E. L. et al. Entre a alienação de familiares de usuários de crack e os riscos do pesquisador. *Barbarói (UNISC)* 39, 13-35, 2013.
- GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. *Psico, Porto Alegre, PUCRS*, v.41, n.3, pp.332-339, jul./set. 2010.
- LANCETTI, A. Desmistificação da existência de epidemia de álcool e outras drogas e medidas higienistas. In: Conselho Federal de Psicologia. *Drogas e Cidadania: em debate*. Brasília: CFP, 2012.
- MELMAN, C. *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta, 1992.
- MERHY, E. E. O ato de governar as tensões constitutivas do agir em saúde como desafio permanente de algumas estratégias gerenciais. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2014.
- ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e Crack: Promovendo Saúde ou Reforçando Relações de Dominação? *Psicologia: Ciência e Profissão (CFP)* 32 (1), 82-97, 2012.
- SANTOS, L. M. B. Diferentes olhares sobre o cuidado de pessoas que usam droga. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS). Porto Alegre, 2010.
- TERRA, O. Bobagens? *Folha de São Paulo*. Caderno opinião A3. Disponível em: <http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>. Acesso em 18 jul. 2014.
- TOROSSIAN, S. D. *A construção das toxicomanias na adolescência: travessias e ancoragens*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

RESUMO

A realidade do crack no Brasil é notoriamente um fenômeno que abarca uma complexidade de fatores e se configura como uma importante demanda de saúde pública. Com base na pesquisa "A Realidade do Crack em Santa Cruz do Sul", propomos neste texto uma reflexão acerca dos desafios e enfrentamentos necessários para a percepção daquilo que se mantém, sub-repticiamente, nos discursos aterrorizantes sobre o crack, a fim de promover uma discussão que possibilite um novo olhar para o sujeito usuário, valorizando práticas intersetorializadas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: crack, jovem, saúde pública, políticas públicas.

DATA RECEBIMENTO: 20/08/2014

DATA DA ACEITAÇÃO: 17/10/2014



Edna Linhares Garcia

Psicóloga, Doutora, Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Promoção de Saúde e do Departamento de Psicologia, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/ Brasil), Coordenadora da Pesquisa “A realidade do crack em Santa Cruz do Sul”.

edna@unisc.br



Alíssia Gressler Dornelles

Psicóloga, Especializanda em Clínica Psicanalítica (Universidade Luterana do Brasil, Santa Maria, ULBRA-SM).

Mauriceia Eloisa Moraes

Acadêmica de Psicologia (Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Brasil).

Bruna Rocha de Araújo

Acadêmica de Psicologia (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil).
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Emanueli Paludo

Psicóloga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil).

Giórgia Reis Saldanha

Acadêmica de Psicologia (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil).
Bolsista do Programa UNISC de Iniciação Científica (PUIC).

O importante é alimentar a curiosidade

Um ponto de partida para a divulgação da ciência junto a crianças e jovens

ENTREVISTA DE

Lucia de Mello e Souza Lehmann

COM Neuza Rejane Wille Lima

FOTO Antonio Javier Caparo



Lucia Lehmann: No momento atual, as agências de fomento têm formulado políticas para incentivar que o conhecimento científico produzido nas universidades e centros de pesquisa possa alcançar os setores mais amplos da sociedade. Neste sentido, tem se dado atenção ao processo de divulgação científica, que nem sempre é fácil ou imediato. Estamos iniciando um movimento em que a divulgação da ciência ganha um destaque maior nos programas e metas do desenvolvimento da ciência e tecnologia e, para nós, é importante avaliar estes movimentos tendo em vista as crianças e jovens. Como você avalia esta questão ao longo dos últimos anos?

Neuza Rejane: Acho que, nos últimos anos, tem havido uma maior divulgação para o público em geral. Contudo, podemos dizer que, historicamente, a divulgação da ciência existe desde sempre. Os desenhos de Leonardo da Vinci, por exemplo, são divulgação de ciência. No Brasil, a chegada da Família Real, trouxe um interesse pelo conhecimento e os próprios jornais publicavam informações para um público de europeus que vinham para o Brasil e para os poucos brasileiros que tinham a oportunidade de estudar. Assim já se criava aqui uma forma de divulgação de ciência.

Muito mais recentemente, os Estados Unidos foram um dos primeiros países que começaram a discutir a questão da divulgação científica nas escolas, incentivando as pesquisas no país. No Brasil atual, a divulgação científica atinge jovens e crianças, mas ainda de uma forma incipiente.

Lucia Lehmann: Quais têm sido as principais iniciativas para a divulgação da ciência para crianças e jovens?

Neuza Rejane: A mídia tem contribuído com uma parcela significativa para esta divulgação. A revista *Ciência Hoje*, que foi criada nos anos 1980, deu origem posteriormente à revista *Ciência Hoje das crianças*; o jornal *O Globo* criou uma seção para crianças, o *Globinho*. Outras revistas, como a *Superinteressante*, *Galileu*, *National Geographic*, *Seleções*, do *Reader's Digest*, já existem há muitos anos, são apropriadas tanto para o adulto quanto para o jovem. Existem ainda outras iniciativas que tiveram início há anos e que vêm sofrendo transformações, como a *Scientific American*, que nos anos 1980 não existia no Brasil, e começou a sair primeiro em espanhol e atualmente existe a versão em português, a *Scientific American Brasil*. São revistas que buscam fazer divulgação científica e atingem também os jovens que têm acesso às mesmas e se interessam por ler.

Por outro lado, existem notícias divulgadas pelas mídias, jornais, rádios, televisão, dirigidas tanto ao público geral quanto aos jovens, que informam muitas coisas errôneas. Pecam, às vezes, pelo sensacionalismo. Temos que ter um olhar crítico sobre as informações e nem sempre isto é possível, seja para o público geral, seja para os jovens ou mesmo pessoas que têm informação, mas que não conhecem aquele conteúdo ou não sabem ver incoerências naquela matéria. Algumas notícias são muitas vezes exageradas ou muito generalizadas de forma que não chegam a trazer um efetivo conhecimento. Mas não quero dizer que tudo está errado, não! O próprio professor, que busca se utilizar destas informações, precisa ter cuidado na hora de usar algumas revistas. Ele tem que ler antes, pesquisar e procurar as informações fidedignas, buscar as fontes primárias. Assim como nós, professores universitários e pesquisadores, fazemos com os artigos científicos publicados em revistas especializadas, temos que avaliar o que estamos lendo, saber as fontes....

Lucia Lehmann: Quais têm sido, a seu ver, as principais dificuldades para que se possam consolidar iniciativas voltadas para o público infantil e juvenil e promover uma efetiva difusão e divulgação da ciência?

Neuza Rejane: Uma das maiores dificuldades é atingir públicos mais específicos, como os próprios jovens, devido a eles não terem acesso, por exemplo, a algumas das revistas citadas. Elas estão disponíveis em vários lugares, até em muitas bancas de jornal, mas, mesmo assim, ainda é difícil que qualquer um possa comprá-las. Há também outros que podem ter acesso, mas não se interessam em lê-las. As escolas tinham que ter acesso a revistas de divulgação.,

Em geral, as aulas de ciências ainda são expositivas e depois, quando isso é possível, o professor vai para o laboratório e faz umas experiências. O professor não universitário dificilmente busca um artigo científico, isso não faz parte da sua prática. Muitas vezes, também, a divulgação científica não atinge as pessoas porque elas ainda não possuem a cultura de fazer tais leituras. Em resumo, é preciso estimular, facilitando o acesso.

Lucia Lehmann: A internet tem importância na divulgação da ciência? O que se tem feito para a divulgação científica no âmbito de sites na internet?

Neuza Rejane: A internet é um bom meio de divulgação, só que inclui muita coisa errada e não chega a atingir todos os jovens. Mas as redes sociais oferecem recursos interessantes para divulgar um tema, ou para a crítica e o questionamento. Algumas vezes, os sites dizem coisas que, se você for pesquisar na fonte, vai ver que não são daquele jeito. O problema da internet é que existe um mundo de coisas ali e não há um controle de quem posta, o que aumenta o risco daquele conteúdo não ser correto. Então, nem sempre a primeira informação que aparece é a melhor. O site da Wikipédia tem coisas maravilhosas e outras totalmente erradas. Por outro lado, pela internet, o jovem acaba tendo hoje mais acesso à informação e, com isso, a possibilidade de ter também mais informação sobre ciência. Além de sites de universidades ou ainda outros sites mais especializados, a internet disponibiliza ferramentas, como o Google Maps, por exemplo, que vêm se tornando populares e que acabam sendo um meio de divulgação também da geografia, dos lugares etc. Através da utilização dos filtros de pesquisa, do saber procurar, se consegue encontrar muita coisa na internet. No meu estudo sobre piolhos, por exemplo, consegui encontrar muitos artigos falando sobre a origem dos piolhos e condições de vida. Achei na internet dados originais e consegui informações que não encontrei nos livros, mas é preciso saber filtrar, distinguir o conhecimento.

Os que buscam informação precisam ter certo critério e cuidado na hora de coletar e interpretar os dados. É importante que, a partir do momento que o adolescente tem acesso à informação, queira ir à fonte de conhecimento original do que foi passado pela mídia ou pela internet. Muitos sites têm divulgado material valioso, como acesso a museus com imagens e também acesso a livros gratuitos.

No caso do conhecimento científico, é importante ser crítico, ir à fonte, aos originais, a outras informações, e ver se está correto, se o texto foi traduzido corretamente. Por outro lado, os jovens buscam o que realmente lhes interessa. Os alunos buscam aquilo que gostariam de aprender na escola.

Lucia Lehmann: Você poderia nos relatar sobre suas iniciativas de divulgação da ciência para crianças e/ou jovens?

Neuza Rejane: Atualmente, parte do meu trabalho tem sido transformar um saber com uma linguagem científica, artigos científicos ou publicações bem técnicas, e torná-las mais palatáveis para o grande público, mas sem abrir mão da qualidade. Comecei a escrever vários artigos, vários livros, que foram publicados pela Faperj, como o Panda gigante, trabalho que se originou de uma monografia de final de curso de uma aluna que orientei. Nós transformamos esta monografia em um livro de bolso, com o auxílio da editora da Universidade Federal Fluminense (Eduff). Este trabalho fez com que eu fosse no programa

do Jô Soares falar sobre isso. Dei uma entrevista, abordando a reprodução do panda gigante. Foi uma dupla divulgação científica, o próprio livro e a entrevista, divulgando o livro, mostrando ao grande público um conhecimento da biologia do panda, sobre a preservação desse animal, tema que despertou curiosidade e interesse. É uma forma de divulgar a biologia. Daí comecei a me interessar e efetivamente a realizar divulgação científica para um público mais amplo.

Durante 14 anos, trabalhei em uma pesquisa sobre o castrador parasitário *Riggia paranensis*, que é um protozoário da família do tatuí. Ele parece com um tatuí desses encontrados na areia da praia, porém fica dentro dos peixes, castrando-os, impedindo estes peixes de se reproduzirem. O protozoário cresce e impede o desenvolvimento e a reprodução do peixe. Eu desenvolvi a pesquisa, obtive resultados e publiquei através dos órgãos de fomento à pesquisa – a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em um determinado momento, esse estudo finalizou para mim. Pensei então em escrever sobre os resultados que tinha obtido e também falar sobre todos os parasitas de que tinha conhecimento, mas de uma forma que fosse acessível, de modo a ser entendido pelo público em geral, pelo professor do ensino fundamental e do ensino médio. O conhecimento se organiza então numa linguagem mais palatável, sem citar todos os artigos e fontes pesquisadas, sem introduzir a cada momento no texto referências sobre aquele assunto. Esse livro foi aprovado para ser publicado pela Faperj.

Lucia Lehmann: Falar dos animais é um tema que atrai muito o interesse da criança, do jovem também, não é?

Neuza Rejane: Sim! Quando você fala de animais, as pessoas sempre têm curiosidade. Falar de uma baleia, de um golfinho, é sempre interessante. Uma estratégia que eu utilizei também foi em um trabalho de extensão universitária falar de animais, falar da zoologia para as crianças. Falei de baleia, de golfinho. Quando você fala de orca, vem logo aquele jargão – “orca baleia assassina!”. Explicamos, então, que a orca não é uma baleia, é um golfinho gigante, porque tem dentes e a baleia não tem dente! A orca não é assassina porque, na verdade, ela está caçando, ela está predando como qualquer predador, para sobreviver. Assassino é uma pessoa que mata a outra por vingança ou para roubar, isso é ser assassino, um animal não é assassino.

Lucia Lehmann: Nós temos conhecimento de que você elaborou audiolivros. Por que se interessou pela edição de livros falados?

Neuza Rejane: No caso dos audiolivros, pensei mais especificamente no deficiente visual. Também naquela pessoa que está no hospital e não está podendo ler e não tem ninguém para ler para ela. Aí ela coloca o CD para ouvir. Naquela pessoa que está fazendo exercício, alguma atividade física e, durante o movimento, pode estar ouvindo o audiolivro. Ainda o jovem que está fazendo várias coisas e pode estar ouvindo, a criança que ouve como uma história. E ainda o hiperativo, que está cerrando alguma coisa e não consegue parar para ler... enfim, o audiolivro atende a vários públicos.

- Lucia Lehmann:** Que linguagem é utilizada nos audiolivros destinados à divulgação de ciência?
- Neuza Rejane:** A linguagem utilizada segue o mesmo raciocínio dos livros impressos, que buscam uma divulgação da ciência para o público. Uma linguagem compreensível, ausência de muitas citações durante o texto, sendo que para os audiolivros são feitas ainda algumas adaptações, em função da ausência de figuras, de tabelas, de apelos visuais. O objetivo é tornar a obra compreensível e acessível. As referências e fontes de consultas e outras notas são feitas no final da leitura do texto, o que permite, a quem tiver interesse, poder buscar as informações que desejar.
- Lucia Lehmann:** Você avalia que a divulgação científica para crianças e jovens se dá mais intensamente em algumas áreas em detrimento de outras? Há mais iniciativas de divulgação científica para crianças e/ou jovens na área das ciências físicas e biológicas do que nas áreas das ciências humanas e sociais?
- Neuza Rejane:** Acho que sim, que isso se dá tanto para o público em geral, como também para crianças e jovens. As áreas de biologia, de física, de química têm mais divulgação do que as ciências humanas. Essa é a minha experiência. Acho que este movimento também está ligado à formação. Se você se forma como psicólogo, vai logo para o mercado de trabalho. Não sei se estou certa, você, que é da área de humanas, pode falar melhor sobre isso (risos).
- Lucia Lehmann:** A divulgação de ciências para os jovens pode se dar por meio da escrita, do rádio, mídia, também dos museus. Qual, ou quais, destes meios têm sido mais interessante para os jovens e para as crianças?
- Neuza Rejane:** A televisão ainda é o meio que atinge mais, que é mais visto pelo jovem, e mais ainda pela criança. Falamos de internet, mas na TV existem documentários e também programas que têm informações inseridas. Os meus filhos ficam assistindo vários programas de televisão, como, por exemplo, Vivendo no limite, que mostra a comida no ambiente, como se lida com o animal; Discovery Kids; Bear grills, acho que é este o nome, um programa em que o sujeito está na Ásia, com sede, e pode pegar fezes de elefante, espremer na meia e beber que não faz mal, ou coletar água do leito do rio, daquela areia úmida, ele filtra na meia e bebe aquela água. Tem algumas coisas de sobrevivência que tem um pouco de ciência: cheirar a carne para saber se está com cheiro de estragado, estar atento se não está com bactéria, toxinas etc. Então, mesmo em programas que não se propõem exatamente a divulgar conhecimento, tem informações que são passadas de maneira curiosa, dentro de um contexto atrativo.
- Por outro lado, você tem filmes, como, por exemplo, Guerra nas estrelas, uma obra de ficção cheia de equívocos físicos, químicos e biológicos. E o filme é passado como se fosse assim referência de um mundo fora do nosso planeta, na verdade, se você for analisar ou ainda conversar com um físico, vai ver uma série de impropriedades.
- Lucia Lehmann:** Atualmente, grandes eventos, como shows, exposições, encontros de jogos, de música ou culturais, dirigidos a crianças ou ao público geral, têm sido realizados. Como você avalia tais eventos?

Neuza Rejane: Em relação a temas relacionados a ciências, não acho que haja muitos eventos não; a maioria é de eventos culturais. Existem algumas exposições, mas ainda são os museus que promovem as maiores exposições. No Rio de Janeiro, de importância para a ciência, citaria o Museu Nacional, mas ainda temos pouca coisa. São Paulo tem mais atividades, tem museu itinerante, mais exposições extras e eventos. Neste ponto, o Rio, em relação a São Paulo, ainda tem muito a desejar. No Brasil, São Paulo realmente é uma referência na parte de museus e divulgação de ciências.

Lucia Lehmann: Finalizando, o que você acha importante destacar quando se fala em educar e criar interesse e gosto pela ciência nos dias de hoje, principalmente em se tratando dos jovens e crianças?

Neuza Rejane: É importante alimentar a curiosidade! A criança, o jovem, tem curiosidade, só que, com o tempo, eles vão ficando com uma série de limitações no modo de pensar. Temos muitas vezes um modo de educar de forma fechada, padronizada, que pode levar à perda do interesse. A criança precisa poder explorar. Ela pega um gongolo (animal de tamanho médio, que vive em solo úmido, tipo minhoca) e fica olhando, ela não tem medo. Pega uma formiga, acompanha a formiga, até o pai entrar e matar a formiga, e ainda dizer “mata a formiga senão ela vai te morder”. Matar, exterminar, a ideia única de que faz mal, de que chateia. A criança, que tinha curiosidade, passa a ver uma abelha, uma mosca, e a criar medos, mas ela não nasceu com medo da abelha e da mosca, alguém introduziu isso sem um pensar, sem um raciocínio. Direto: mata! A mesma coisa em relação à pessoa de cor, pessoas diferentes e de vários tons de pele. Sem uma influência do adulto, ela não vai ficar excluindo uma e outra, só que vem o adulto e diz “não anda com ele, se afasta, não convive”. A criança começa a ter preconceito, afasta-se da curiosidade para com a natureza e vai se massificando, vai criando um medo em relação à natureza.

Grande parte do ensino tem muito de “não me questione”. Muitos dos que ensinam não conseguem dizer não sei, vou procurar saber sobre sua pergunta, a maioria dá um corte e já mata a curiosidade do jovem. “Temos um cronograma que precisamos seguir, x, y, z. Hoje não está no meu cronograma”.

Lucia Lehmann: Então, a educação tem uma parcela de contribuição nesta falta de interesse pela ciência. O despertar da curiosidade da criança, do jovem, e também do adulto, é importante não atrapalharmos esta vontade de saber, a curiosidade, a possibilidade de procurar e descobrir respostas.

Neuza Rejane: Exatamente. As pessoas são curiosas por natureza, mas começam a perder a curiosidade. Acho que cientista é a criança que não cresceu! Criar ciência e divulgar ciência é não massificar, não se deixar bitolar, buscar sempre uma coisa nova. Como eu sei sobre o sexo dos peixes? O que eu vou fazer com o piolho? Vou pesquisar piolho, vou me meter, porque eu gosto, porque eu quero saber para contar para os outros, é bem coisa de criança: porque eu quero!

PALAVRAS CHAVE: divulgação da ciência, crianças, jovens, internet, rádio, tevê, museus, revistas



Neuza Rejane Wille Lima

Doutora em Ecologia e Recursos Naturais. Professora Associada do Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Atua na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia Teórica e Aplicada.

É professora do curso de Pós-graduação em Ciências e Biotecnologia (PPBI) e do Curso de Mestrado Profissional de Diversidade e Inclusão desta universidade. Atua na área de divulgação científica e publicação, e também na divulgação de produtos para promover a inclusão de cegos e surdos nas áreas das ciências biológicas.

rejanewilli@uol.com.br



Lucia de Mello e Souza Lehmann

Doutora em Psicologia. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil. Editora Associada da **DESIDADES**.

lehmannlucia@gmail.com

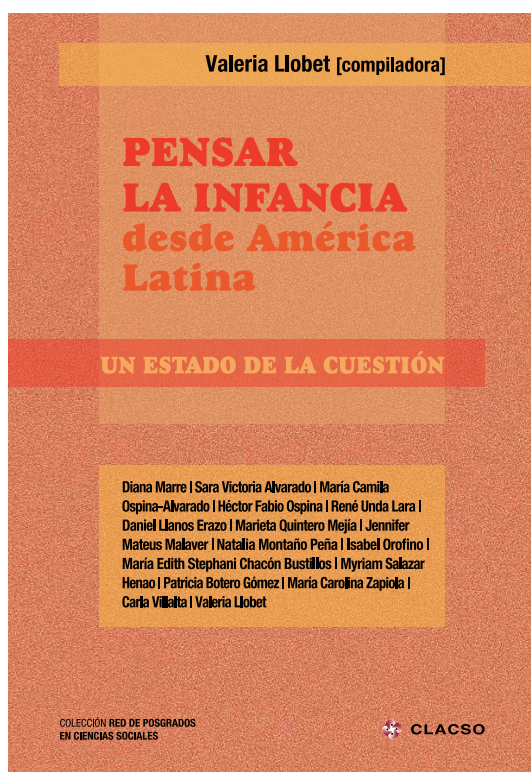
Pensar la infancia desde América Latina

Un estado de la cuestión

de Valeria Llobet (COORD.)¹

RESENHA POR

Gabriela Magistris



A infância na (e a partir da) América Latina: produção, instituições e políticas de infância

Se há uma nota distintiva da América Latina é a da desigualdade. De fato, quando refletimos sobre a questão social nessa região, não se pode deixar de mencionar sua imersão em um contexto de potentes e persistentes desigualdades sociais, culturais, econômicas e étnicas; desigualdades que se conectam e se entrecruzam umas com as outras, atravessando diferentes divisões: classe social, idade, gênero, etnia. “Pensar a infância” implica, na verdade, não somente compreender as condições de existência e as significações sobre a infância, mas iluminar, ao mesmo tempo, a leitura sobre os processos sociais mais gerais. Produzir reflexões analíticas sobre a infância nos leva, desse modo, não só a uma análise sobre como emergem,

produzem-se e se reproduzem as hierarquias sociais no interior dessa categoria social, mas também de que maneira se constituem os principais vetores de diferenciação social (MILANICH, 2009). A divisão etária se transforma, assim, não em um eixo a mais a se levar em consideração, mas em um atravessamento sem o qual se tornará inócua a compreensão, com certa complexidade, do caráter de nossas sociedades contemporâneas.

1. Resenha traduzida por Thais Passo Marçal

O presente livro é o resultado de um trabalho coletivo de uma rede de pessoas e instituições vinculadas ao Grupo de Trabalho do Clasco (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) denominado “Juventudes, Infâncias, Políticas, Culturas e Instituições Sociais na América Latina e no Caribe”².

O trabalho reúne diversos artigos de pesquisadores dessa região que têm empregado um enorme esforço de reflexão e análise com respeito à conformação dos estudos da infância na (e a partir da) América Latina na atualidade. Não se trata de textos desconexos uns dos outros, ou que não se comunicam entre si; ao contrário, percebe-se um tracejado de eixos articuladores vinculados com os contextos, modos de produção, instituições e políticas da infância na América Latina. Desse modo, constitui uma incalculável colaboração para a literatura regional, certamente escassa, sobre a questão social infantil, ao possibilitar uma perspectiva sociohistórica, crítica e contemporânea nesse continente, valendo-se das contribuições dos estudos e investigações precedentes³ e dando foco a alguns pontos nevrálgicos que constituem o núcleo das problemáticas sociais, vinculadas direta ou indiretamente à infância.

Por tudo isso, este livro representa um material significativo para a consolidação do campo de estudos da infância na América Latina, dando-nos uma visão atualizada e heterogênea das investigações sobre infância, no marco de uma forte aposta no diálogo interdisciplinar e pluralista, fazendo dialogar múltiplos enfoques e perspectivas, tanto teóricas quanto metodológicas. Além disso, consegue confluir artigos que consolidam o conhecimento acadêmico, mas que também alavancam o objetivo de transformação social, a partir de uma perspectiva situada, crítica e reflexiva.

O livro começa com um sugestivo prólogo escrito por Diana Marre, no qual se faz uma reconstrução histórica do conceito e da categoria de infância, desde a clássica obra de Ariés até a atualidade. Para tal, recuperam-se dois eixos centrais: a historicidade da categoria infância e a interdisciplinaridade.

Na introdução feita por Sara Victoria Alvarado e Valeria Llobet, anuncia-se a complexidade que consiste pensar as infâncias e as juventudes no contexto latino-americano, sustentando a necessidade de propor a reflexão, considerando a pluralização da infância

2. Trata-se de uma equipe que reconhece seu antecedente no Grupo de Trabalho “Juventudes e Práticas Políticas”, que foi se ampliando e consolidando com pesquisadores da região que focalizavam seu olhar nas infâncias de nosso continente até que, em 2013, formou-se um grupo que envolvia ambas preocupações, tanto as juventudes quanto as infâncias.

3. Os estudos de corte sociohistóricos, de médio ou longo prazo, com respeito à infância na América Latina, não são abundantes. É possível encontrar estudos centrados na vida privada e nas famílias, nas políticas sociais ou na história da educação (vale mencionar os trabalhos de RODRÍGUEZ, 2004; LLVOVICH e SURIANO, 2006; CICERCHIA, DEVOTO e MADERO, 1999), mas em todos esses casos, tomam-se as crianças não como atores centrais, mas como marginais e/ou acessórios ao tema que se investiga. Além disso, é mais difícil ainda encontrar estudos de recorte regional sobre a temática, tanto na produção local quanto na leitura feita desde os contextos anglofalantes dos estudos latino-americanos. De qualquer maneira, vale a pena mencionar algumas exceções, que de alguma maneira são antecedentes a esta investigação e publicação coletiva: POTTHAST e CARRERA, 2005; RODRÍGUEZ e MANNARELLI, 2007; HECHT, 2002; GUY, 2002; JACKSON e Sosenski, 2012; IFEJANT, 2003.

e atendendo à multiplicidade de experiências e modos de vida de meninos e meninas. Essa pluralidade e heterogeneidade não emergem somente do lado das crianças, mas também do interlocutor “pensante” da região, cruzando diferentes perspectivas disciplinares, modos de construção dos objetos de investigação e maneiras de reconstrução dos contextos sociopolíticos e históricos.

**A publicação se divide em três partes,
com ênfase nos contextos,
modos de produção da infância e
nas instituições e políticas na América Latina**

NA PRIMEIRA PARTE, temos o artigo de María Camila Ospina-Alvarado, Sara Victoria Alvarado e Héctor Fabio Ospina, no qual refletem sobre a “Construção social da infância em contextos de conflito armado na Colômbia”. O leitor encontrará aqui uma análise construtivista centrada nas crianças que vivem e/ou têm vivido no contexto do conflito armado na Colômbia, direta ou indiretamente. O foco está na construção social gerada através das interações dos meninos e meninas com outros atores, entre os quais sobressaem as famílias, os pares, os grupos armados legais e ilegais, os docentes, os agentes comunitários. Os autores apresentam uma compreensão sistêmica e complexa dessas crianças, a partir do reconhecimento de seus recursos e potenciais individuais e coletivos.

No artigo seguinte, René Unda Lara e Daniel Llanos Erazo escrevem sobre a “Produção social de infâncias em contextos de mudanças e transformações ‘rurbanas’ (resultado da mescla das palavras ‘rural’ e ‘urbanas’). Exploram nesse texto as continuidades, mudanças, rupturas e transformações que operam no contexto de sociedades nas quais a diferenciação entre o rural e o urbano expressa misturas, hibridações e heterogeneidades, que favorecem novas geografias físicas e sociais. Recupera-se a visibilidade crescente da infância em um contexto que localiza o urbano e a acumulação econômica como equivalentes à felicidade e à liberdade, o que incitaria meninos e meninas a deixarem de ser crianças o quanto antes para migrar até a cidade e desfrutar dos benefícios que as grandes urbes supostamente asseguram, ao mesmo tempo em que promoveria uma pretendida liberação dos adultos da comunidade.

NA SEGUNDA PARTE, denominada “Narrativa, discurso e cultura. Compreensão e produção de ‘infância’ e do infantil”, Marieta Quintero Mejía, Jennifer Mateus Malaver e Natalia Montaña Peña realizam um sugestivo trabalho sobre as narrativas do dano moral de crianças em experiências extremas. Sustentam que essas experiências não só estão presentes nos relatos de tragédias, mas que se fazem concretas nas narrativas contemporâneas de meninos e meninas. Esses relatos apresentam como particularidade o fato de desnudarem a crueldade humana, o grau de precariedade, o mal-estar e a dor na vida comunitária. Relatos que se articulam com as representações da infância que remarcam a natureza frágil e vulnerável como qualidade “natural” de tais sujeitos, e com o grau de

indefensibilidade dos meninos e meninas em relação a seus vitimários, isto é, às situações de desigualdades geracionais.

De sua parte, Isabel Orofino, em seu artigo “Mídias, culturas e infâncias: reflexões sobre crianças, consumo cultural e participação”, reflete sobre o entrecruzamento das infâncias e os meios de comunicação a partir de aportes teórico-metodológicos que tomam como ponto de partida a compreensão das crianças como atores sociais, inseridos em contextos particulares. O eixo de análise se coloca sobre crianças que aparecem cada vez mais atravessadas pela crescente midiaticização de conteúdos que não foram especificamente produzidos para esse público.

Em seguida, María Edith Stephani Chacón Bustillos, em seu texto “Infâncias e saberes especialistas. O olhar da infância a partir das teses de graduação de Psicologia”, investiga de que maneira a infância se realiza no discurso da Psicologia como o discurso especialista por excelência, conseguindo assumir o lugar de interlocução privilegiada da infância. Para isso, explora a institucionalização do âmbito acadêmico universitário de Psicologia enquanto espaço habilitador para a acreditação e reconhecimento dos especialistas, mediante a análise das teses de graduação que os estudantes escrevem para obter seu título acadêmico.

NA TERCEIRA PARTE, chamada “Instituições, políticas e categorias de ‘infância’, Myriam Salazar Henao e Patricia Botero Gómez encabeçam a seção com um interessante artigo denominado “Política, infância e contextos de vulnerabilidade. Traços e narrativas em um contexto local da Colômbia”. As autoras exploram as narrativas sobre as condições subjetivas, objetivas e as pautas institucionalizadas que assinalam a vivência dos direitos a partir da política social no âmbito local, as regularidades e rupturas identificáveis entre as vivências de crianças em seus contextos, nas diferentes práticas institucionais e as aplicações normativas no cumprimento dos direitos. Os principais resultados da investigação descrevem as tensões e categorias emergentes em três dimensões que se apresentam inter-relacionadas: ético-afetiva, material/institucional e simbólica/política/cultural.

Na sequência, María Carolina Zapiola escreve um capítulo intitulado “No alvorecer do institucional. O surgimento de instituições de reforma para menores na Argentina”, no qual se indaga a respeito das condições que permitiram a segmentação da infância argentina em dois grupos diferenciados, as crianças e os menores, assim como sobre as modalidades que adquiriu tal processo e suas implicações no estabelecimento de políticas públicas específicas para menores entre as décadas de 1880 e 1930. Para isso, reconstrói a estrutura institucional que começou a se formar nessa época, enfocando a fundação do Asilo de Correção de Menores Varões da Capital (1898), a qual constituiria um veículo privilegiado para a criação da minoridade, assim como do modelo das políticas públicas para menores baseado em soluções provisórias e materialmente factíveis como um tipo de resposta à minoridade.

Carla Villalta avança com seu artigo sobre “Estratégias políticas e valores locais. O impacto da apropriação criminal de crianças na sociedade argentina”. Nesse artigo, a autora assevera que a apropriação criminal de crianças desenvolvida durante a última ditadura militar na Argentina (1976-1983), como “evento crítico” (DAS, 1995), teve efeitos políticos

e sociais que contribuíram tanto para redefinir e reorganizar significados e categorias tradicionais, quanto para dar forma a uma nova retórica pública. É analisada a incidência desse discurso na sociedade, plasmada através de distintos mecanismos, muitos dos quais constituíam procedimentos jurídico-burocráticos que não eram inovadores, mas que estavam arraigados em práticas institucionais de longa data na Argentina.

Por último, o artigo de Valeria Llobet – “A produção da categoria ‘criança-sujeito-de-direitos’ e o discurso *psi* nas políticas sociais na Argentina. Uma reflexão sobre o processo de transição institucional” – investiga a imbricação entre o discurso *psi* e o discurso de direitos no contexto argentino, enfocando as estratégias de atores institucionais e as significações sobre a infância e os direitos articuladas em tais estratégias. Apresenta-se um debate com as perspectivas que visualizam de maneira normativa a ideia de “transformação”, assim como com aquelas que identificam de maneira totalizadora o discurso de direitos com estratégias de governo populacional.

Concluindo, o livro **“Pensar la infancia desde América Latina – un estado de la cuestión”** oferece uma incalculável contribuição no caminho de fortalecer e consolidar o campo dos estudos sociais sobre a infância, enquanto se aprofunda na reflexão sobre as potencialidades de transformação social na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CICERCHIA, Ricardo, DEVOTO Fernando y MADERO Marta. *Historia de la vida privada en la Argentina*. Buenos Aires, Taurus, 1999.

GUY, Donna. The State, the Family and the Marginal Children in Latin America. Em: HECHT, Tobias: *Minor Omissions. Children in Latin American History and Society*. Madison, U. Wisconsin Press, 2002.

HECHT, Tobias. *Minor omissions: children in Latin American history and society*. Madison, University of Wisconsin Press, 2002.

IFEJANT. *Infancia y adolescencia en América Latina. Aportes desde la sociología*. Tomos I y II, IFEJANT, Lima, 2003.

JACKSON ALBARRÁN, Elena y SOSENSKI, Susana (COORDS.). *Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina: entre prácticas y representaciones*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas. Serie Historia Moderna y Contemporánea 58, 2012.

LLOBET, Valeria (COMP.). *Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

LVOVICH, Daniel y SURIANO, Juan (EDS.). *Las políticas sociales en perspectiva histórica*. Argentina, 1870-1952. Buenos Aires, UNGS - Prometeo Libros. Libros de la Universidad – Filosofía e Historia n° 31, 2006.

MILANICH, Nara. *Children of Fate. Childhood, Class, and the State in Chile, 1850-1930*. Durham, Duke University Press, 2009.

POTTHAST, Bárbara y CARRERAS, Sandra (EDS.). *Entre la familia, la sociedad y el Estado. Niños y jóvenes en América Latina (siglos XIX-XX)*. Madrid-Frankfurt, Iberoamericana-Vervuert, 2005.

RODRÍGUEZ, Pablo (COORD.). *La familia en Iberoamérica 1550-1980*. Bogotá, Convenio Andrés Bello – Centro de Investigación sobre la dinámica Social, Universidad Externado de Colombia, 2004.]

RODRÍGUEZ, Pablo y MANNARELLI, María Emma (Coords). *Historia de la infancia en América Latina*. Bogotá, Editorial Universidad Externado de Colombia, 2007.

PALAVRAS-CHAVE: infância, Direito de crianças e adolescentes, estudos sociais da infância, América Latina

DATA DE RECEBIMENTO: 20/08/2014

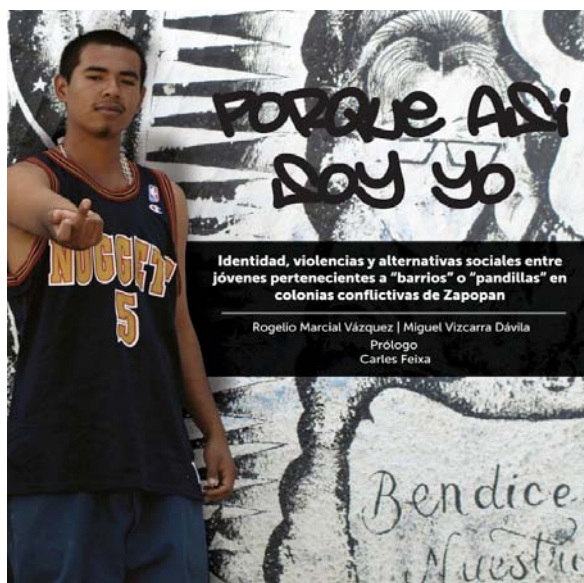
DATA DA ACEITAÇÃO: 20/11/2014

Gabriela Magistris

Professora em Ciências Jurídicas
(Universidade de Buenos Aires,
Argentina). Mestre em Direitos Humanos
e Políticas Sociais (Universidade Nacional
de San Martín, Argentina), doutoranda
em Ciências Sociais (Universidade de
Buenos Aires, Argentina).

gabrielamagistris@gmail.com

Porque así soy yo



Identidad, violencias y alternativas sociales entre jóvenes pertenecientes a “barrios” o “pandillas” en colonias conflictivas de Zapopan

de Rogelio Marcial Vázquez e Miguel Vizcarra Dávila

RESENHA POR

Jaileila de Araújo Menezes

“Você me abala, mas não me anula!”¹

Juventude latino-americana, violência e produção artístico-cultural

Em uma das tomadas do documentário “O Rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas”², podemos observar Recife do alto, repleta de prédios em bairros nobres e centrais, contrastando com moradias empilhadas em morros que circunscrevem a grande periferia da cidade. O documentário data do ano 2000 e dá voz a dois jovens moradores de um dos municípios, à época, mais pobres e violentos da Região Metropolitana do Recife, esquecido pelo Estado e em destaque nos meios de comunicação de massa pelos altos índices de homicídio. Sim, é um documentário sobre violência urbana, comprometido com uma abordagem social das condições que a promovem e de seus impactos na tra-

1. Trecho da música “Último Adeus”, de Paulinho Moska.

2. Documentário de Marcelo Luna e Paulo Caldas (Brasil, 2000). Alma sebosa – regionalismo, expressão utilizada no Nordeste do Brasil para dizer de alguém que não presta, que faz mal à comunidade e, portanto, merece ser eliminado. A expressão remete a códigos próprios de resolução de conflitos em lugares onde a violência não encontra mediação.

jetória de vida de milhares de jovens moradores dos bolsões de pobreza que se formam em torno dos grandes centros urbanos. Os dois personagens principais são Helinho, 21 anos, preso e acusado por aproximadamente 70 assassinatos, e Garnizé, 27 anos, líder da banda de Rap “FACES DO SUBÚRBIO”, com projeção e reconhecimento nacional e internacional. Mais que marcar a diferença das trajetórias, trata-se de dizer o quanto elas são possibilidades postas em um mesmo território onde há uma tênue fronteira entre vida e morte, e a ação de criar laços entre diferentes atores, instituições sociais e Estado faz-se fundamental para uma potencialização da vida ética-estética e politicamente orientada.

É desse lugar de fala que traço algumas considerações sobre o brilhante livro “‘Porque así soy yo’: Identidad, violencias y alternativas sociales entre jóvenes pertenecientes a ‘barrios’ o ‘pandillas’ em colônias conflictivas de Zapopan”, de Rogelio Marcial Vázquez e Miguel Vizcarra Dávila (Guadalajara: Editora Grafisma, 2014, 209 páginas). Na capa, a imagem de um jovem que bem representa a letra do Rap de Nèggro Azteka, “‘Porque así soy yo’”, título da publicação. O livro é composto por prólogo de Carles Feixa – importante pesquisador das culturas juvenis –, introdução, quatro capítulos e conclusão. O projeto de ilustração torna a obra bem diferenciada, com fotografias, gráficos e mapas produzidos pela equipe de pesquisa e que colaboram para aproximar o/a leitor/a dos cenários e cenas políticas da vida cotidiana dos jovens e de suas comunidades. Aliás, os registros fotográficos constituem um capítulo à parte, pois contam a história do processo de pesquisa-intervenção através dos planos de captação de imagem que se sucedem, por vezes se encontram, sobrepõem-se e se complementam, compondo uma rica narrativa textual e visual sobre a juventude ‘pandillera’ da região metropolitana de Guadalajara.

Parte-se de um plano geral, dedicado à apresentação de todo o cenário (CAPÍTULO 1 – “Análisis Y Contextualización De La Realidad De Las Juventudes En Pandillas”); ajusta-se a lente para um plano próximo, onde a ênfase recai nos discursos ‘sobre’ o personagem principal (CAPÍTULO 2 – “Discursos Sobre El ‘Pandillerismo’: La Mirada Social Sobre El Fenómeno Juvenil”); focaliza-se a expressão do personagem (CAPÍTULO III – “El Trabajo Com Los ‘Barrios’ Zapopanos”), onde ganha relevo o gênero textual testemunho, através da categoria teórico-analítica experiência, que visibiliza os referentes semióticos dos jovens e colabora para o entendimento dos seus posicionamentos.

Este capítulo cresce aos olhos do leitor pela riqueza de detalhes da vida dos ‘pandilleros’, pelo trabalho de (re)conhecimento de suas matrizes culturais, pela relação arte-política, que ganha densidade no formato da pesquisa-intervenção via produção e qualificação artístico-cultural dos jovens. As práticas e trocas educativas ocorridas nas oficinas colaboraram para a vocalização das demandas políticas dos ‘pandilleiros’ e de suas comunidades, os eventos culturais organizados pela equipe de pesquisa em parceria com a prefeitura local e a comunidade mostraram-se fundamentais para a experimentação por

3. Ao longo do texto, manteremos a referência aos termos êmicos ‘barrios’ ou ‘pandillas’, que caracterizam um tipo de associação entre jovens pautada na constituição de identidade de grupo em torno de práticas culturais de demarcação de território, uso da violência para resolução de conflitos entre grupos rivais, envolvimento em práticas criminosas e atividades consideradas ilegais. Remete aos estudos sobre gangues de jovens.

parte dos jovens de outras formas de estarem juntos, para além dos ‘rolés’ cotidianos com seus pares ou das brigas entre grupos rivais.

O diferencial do trabalho ora apresentado é o jogo entre primeiro plano e plano geral em meio à tensão produtiva da micro e macroanálise. O CAPÍTULO 4 (“Identidad Y Violencias Sociales”) aborda aspectos relativos a uma ordem internacional global que divide o mundo, as riquezas, estrutura sistemas de opressão que desqualificam povos, nações, estabelecendo uma linha bem visível entre aqueles que devem viver e os outros que o Estado ou a máquina imperial (HARDT; NEGRI, 2001) vai deixar morrer.

Em um estilo politicamente engajado de pesquisas sobre e com jovens, Rogelio Marcial e Miguel Vizcarra saem do lugar comum da tematização de dar voz a esses atores sociais e buscam estabelecer as relações entre os discursos institucionais e sociais sobre culturas juvenis de gangue e seus efeitos de poder na forma-sujeito jovem ‘pandillero’, problematizando os ecos dessa condição na ordem global. Quais as possibilidades de escuta/mudança na condição de vida (im)posta aos jovens latino-americanos que buscam na imigração ilegal para os Estados Unidos ou na adesão ao narcomundo oportunidades de sobrevivência?

Os autores trabalham de modo apurado a noção de tecido social esgarçado, produto e processo da articulação entre diferentes modalidades de violência (estrutural, latente e colateral) e com danos significativos para as relações interpessoais e para a cidadania. O diferencial da pesquisa-intervenção consistiu em proporcionar a participação de jovens pertencentes a gangues em atividades que promovessem a resolução pacífica de conflitos entre grupos rivais e potencializassem suas capacidades organizativas e de liderança para torná-los agentes de mudança social em suas comunidades.

Em um cenário marcado pela ausência de políticas públicas, de medidas institucionais para combate à violência e insegurança pública, falta de espaços para lazer, fácil acesso a grupos que realizam atividades ilícitas, carência de infraestrutura urbana, violência intrafamiliar, pobreza e marginalidade, o desafio foi efetuar a pesquisa a partir de uma outra política de vida, ativando a relação entre pensamento, ação e sensibilidade e convocando diferentes atores sociais à corresponsabilidade frente aos efeitos produzidos sobre as vidas individuais e coletivas.

A pesquisa utilizou uma perspectiva interinstitucional, articulando governo federal, local, academia, setores da sociedade civil organizada e população das comunidades, com o objetivo de elaborar ações a partir dos territórios existenciais em uma perspectiva de conhecimento situado. Aspectos geográficos, históricos, sociais, culturais e econômicos são cuidadosamente abordados para um entendimento do tipo de dificuldade a ser enfrentada, bem como as possibilidades de mobilização em cada comunidade.

Prevalece também uma prerrogativa de trabalho em redes, considerando a participação dos jovens em um circuito integrado (HARAWAY, 2009), que informa sobre a permeabilidade das fronteiras público-privado, corpo pessoal e corpo político e a necessidade de compreender os elementos do circuito simultaneamente, de sorte a acessarmos a complexidade dos sistemas de significação que circunscrevem as práticas sociais em

torno da juventude ‘pandillera’. Dentre estes elementos se destacam: a casa, a rua, a vizinhança, o local de trabalho, o Estado, a escola, referentes religiosos, os meios de comunicação de massa.

Os autores investem em uma rica análise dos discursos sociais produzidos pelos meios de comunicação locais, com destaque para a forma como a juventude ‘pandillera’ é abordada em jornais, rádios e programas de televisão. O entendimento veiculado por esses meios de que os jovens aderem às ‘pandillas’ pela identificação com práticas de delinquência alinha-se ao posicionamento de criminalização da juventude pobre, destacando as práticas violentas como um referente direto das atividades destes grupos. O discurso de criminalização da juventude também se estende às famílias, que são caracterizadas como desestruturadas.

A desestruturação familiar é um forte referente para a explicação dada pelas pessoas das comunidades acerca do envolvimento dos jovens em ‘pandillas’, embora também considerem que, em um contexto marcado pela absoluta falta de segurança pública, a inserção nesses grupos é naturalizada; desde cedo jovens, homens e mulheres, precisam aprender a se defender. Aqui dois aspectos chamam atenção: o aprendizado da autodefesa e a feminilização da violência. Com relação ao primeiro, retomo a referência a Helinho, o príncipe justiceiro de Camaragibe. Na condição de jovem de uma das periferias mais violentas do Brasil, ele toma para si a tarefa de proteger os seus ‘chegados’ das ‘almas sebosas’. No contexto da pesquisa na periferia de Guadalajara, Helinho se multiplica em tantos outros jovens que fazem justiça com as próprias mãos, seja entre ‘pandillas’ rivais da mesma ou de outra comunidade, seja no enfrentamento direto com os policiais, representantes do Estado nesses lugares onde a cidadania não se afirma: “(...) Quiero el terreno, ya lo he marcado, y en las noches me convierto en enemigo del Estado. Y así yo ando, con mucho honor (...)”⁴.

A honra ou dignidade afirmada pelos jovens homens na relação com outros homens ganha conotação distinta na relação com as mulheres, que têm participado cada vez mais da dinâmica das violências locais. A feminilização das ‘pandillas’ aponta uma tentativa delas de também desenvolver autodefesa; ocorre, no entanto, que comumente não são aceitas nos grupos por questões que marcam as dinâmicas das relações de gênero, a clara cisão casa e rua que continua a operar e estabelecer para elas as tarefas domésticas. Por outro lado, o aumento da violência de gênero contra as mulheres tem funcionado, nesse cenário, como recurso de afirmação, às avessas, de uma outra honra dos jovens homens, associada à afirmação de masculinidade, o que coloca em pauta a urgência de se refletir sobre processos diferenciados de subalternização. O ajuste dessa lente faz-se fundamental para o estudo das culturas juvenis na contemporaneidade.

Do ajuste da lente à apuração da audição, retornemos ao Brasil de 1997, onde as estatísticas sobre altas taxas de homicídio e desemprego entre jovens pobres ganharam uma vocalização diferenciada. Ao invés de especialistas, acadêmicos, foi pela rima do grupo

4. Trecho do Rap “Porque así soy yo”, de Negro Azteka, apresentado na íntegra na abertura do livro.

de Rap Racionais MC's que a razão governamental da exclusão e marginalidade adquiriu importante visibilidade social na narrativa crua sobre o cotidiano dos/das moradores de periferia. A faixa 8 do disco "Sobrevivendo no inferno" tem como título a afirmação "Periferia é periferia (em qualquer lugar)". O título tornou-se bandeira ético-político entre manos e minas, que se (re)conhecem nos detalhes de cada palavra e verso de um estilo musical que não pretende agradar a ouvidos ditos sensíveis. Certa vez, escutei de um dos jovens hip hoppers que a beleza do Rap é que ele age como uma bala e corta o pensamento. Corta o pensamento porque produz uma diferença e depois da palavra posta não há mais como olhar aquela realidade da mesma maneira. A poesia em rima parece operar uma incisão no processo de dominação, interrompe, mesmo que parcialmente, seu fluxo e produz prazer na possibilidade de dizer da própria dor e revolta daqueles/daquelas que se consideram filhos e filhas de uma mesma periferia.

No estudo em tela é significativa a adesão de jovens de diferentes idades (dos 10 aos 36 anos) ao Rap que, por sua vez, foi utilizado na pesquisa-intervenção como produto cultural fundamental ao processo de mediação das práticas de violência entre 'pandilleros', sendo estes convocados a elaborar propostas e autocríticas à violência generalizada em suas comunidades.

Algumas apostas da equipe foram fundamentais aos méritos alcançados pelo trabalho de pesquisa-intervenção empreendido: compreender a participação dos jovens na dinâmica da violência a partir de seus referentes artísticos e culturais, entendendo assim que práticas criminosas e atividades ilegais não esgotam a multiplicidade e complexidade de expressões da violência; identificar atividades que, a partir de suas próprias práticas culturais, possam representar possibilidades de ganho financeiro fundamentais à sua sobrevivência. Fazer do veneno o antídoto através da utilização dos meios de comunicação de massa como importante aliado para a reconstrução da imagem dos jovens de um ponto de vista das suas possibilidades e não das suas faltas, falhas e carências.

Retornando ao nosso personagem Garnizé, o outro complementar a Helinho, ao invés de crimes, ele carrega nas costas tatuagens de Malcolm X, Martin Luther King e Che Guevara⁵, importantes referentes na luta contra as desigualdades sociais. O investimento do projeto de pesquisa no campo das relações interpessoais entre jovens e no seu potencial para construção de leituras críticas sobre suas realidades intentou também que os jovens artistas de 'barrios' ou 'pandillas' se tornassem exemplo a seguir, a partir de uma outra relação com suas comunidades, com o Estado, com a academia.

O livro de Rogelio Marcial e Miguel Vizcarra é uma importante referência de pesquisa-intervenção decolonial pelo seu compromisso com a ressignificação ético-estética e política da vida de jovens subalternizados. Com certeza, uma obra inspiradora para o campo-tema juventude. Boa Leitura!

5. Ver em http://www.almirdefreitas.com/almir/Rap_do_Pequeno_Principe_contra_as_Almas_Sebosas___Paulo_Caldas_e_Marcelo_Luna.html. Acesso em 31 de outubro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Em: TADEU, T. (org). *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VÁZQUES, Rogelio Marcial; DÁVILA, Miguel Vizcarra. “Porque así soy yo”, *Identidad, violencias y alternativas sociales entre jóvenes pertenecientes a “barrios” o “pandillas” en colonias conflictivas de Zapopan*. Zapopan: H. Ayuntamiento de Zapopan y El Colegio de Jalisco, 208 páginas.

PALAVRAS-CHAVE: culturas juvenis, contextos de violência, produção artístico-cultural.

DATA DE RECEBIMENTO: 31/10/2014

DATA DE ACEITAÇÃO: 10/11/2014

Jaileila de Araújo Menezes

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia, Professora do Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL) desta universidade.

jaileila.araujo@gmail.com

Levantamento bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de **setembro a dezembro de 2014** cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 ***Adolescentes y jóvenes con cáncer – Luchas, fracasos, éxitos, amor***
ISBN 978-84-941844-8-2
AUTORA: Rosalia Lorenzo González y colaboradores
EDITORA: Altaria, Bogotá, 336 páginas
- 2 ***Arqueología del adolescente infractor de la Ley penal en Bogotá (1837-2012)***
ISBN 9789587619720
AUTORA: Guiselle Nayibe Holguin
EDITORA: U. Nacional de Colombia, Bogotá, 138 páginas
- 3 ***Batidas, rimas e vida escolar – Pedagogia Hip-Hop e as políticas de identidade***
ISBN 9788532648303
AUTORA: Mônica Guimarães Teixeira do Amaral
EDITORA: Vozes, Petrópolis, 272 páginas
- 4 ***Bebês na escola: observação, sensibilidade e experiências essenciais***
ISBN 978-85-7706-105-1
AUTORA: Rosana Rego Cairuga et al.
EDITORA: Mediação, Porto Alegre, 240 páginas
- 5 ***Cuando de enseñar se trata... Estudios sobre las condiciones en que ocurre la transmisión en la escuela***
ISBN 978-987-591-446-9
AUTORAS: Nora B. Alterman e Adela Coria
EDITORA: Brujas, Córdoba, 220 páginas
- 6 ***Criação e devir em formação***
ISBN 978-85-232-1291-9
ORGANIZADORES: Dante Galeffi, Roberto Sidnei Macedo e Joaquim Gonçalves Barbosa
EDITORA: EDUFBA, Salvador, 98 páginas
- 7 ***Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e perspectivas***
ISBN 9788571142138
AUTORES: Elcio Cecchetti e Adecir Pozzer
EDITORA: Edifurb, Blumenau, 244 páginas
- 8 ***Educação e interculturalidade: conhecimentos, saberes e políticas descoloniais***
ISBN 9788571142121
AUTORES: Elcio Cecchetti e Adecir Pozzer
EDITORA: Edifurb, Blumenau, 208 páginas

- 9 **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**
ISBN 978-85-7600-383-0
AUTORAS: Enicéia Gonçalves Mendes, Carla Ariela Rios Vilaronga e Ana Paula Zerbato
EDITORIA: UFSCAR, São Carlos, 162 páginas
- 10 **Escuela de sectores populares. Notas para pensar la construcción de contenidos escolares desde el saber popular y el académico científico**
ISBN 978-84-15295-77-8
AUTORES: Pedro Gregorio Enriquez
EDITORIA: Miño y Davila, Buenos Aires, 104 páginas
- 11 **Falação em sala de aula: a indisciplina escolar em reflexão**
ISBN 978-85-7591-327-7
AUTORA: Fátima Aparecida Cezarim dos Santos
EDITORIA: Mercado de Letras, Campinas, 352 páginas
- 12 **Familia, subjetividades y educación. Serie adolescencias y juventudes. VOL. 4.**
ISBN 978-987-591-464-3
AUTORA: Marta Crabay
EDITORIA: Brujas, Córdoba, 258 páginas
- 13 **Formação de professores(as) e condição docente**
ISBN 9788542300383
ORGANIZADORES: João Valdir Alves de Souza, Margareth Diniz, Míria Gomes de Oliveira
EDITORIA: UFMG, Belo Horizonte, 283 páginas
- 14 **Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal**
ISBN 978-987-722-032-2
AUTOR: Oscar Aguilera Ruiz
EDITORIA: CLACSO, Buenos Aires, 150 páginas
- 15 **Jóvenes y escuela. Relatos sobre una relación compleja**
ISBN 978-987-591-478-0
COORDENADORES: Horacio Paulín e Marina Tomasini
EDITORIA: Brujas, Córdoba, 266 páginas
- 16 **Juventude e Ensino Médio – Sujeitos e currículos em diálogo**
ISBN 978-85-423-0070-3
ORGANIZADORES: Juarez Dayrell, Paulo Carrano e Carla Linhares Maia
EDITORIA: UFMG, Belo Horizonte, 339 páginas
- 17 **La custodia de los hijos en las parejas separadas. Conflictos privados y obligaciones públicas**
ISBN 9789587617580
AUTORA: Yolanda López Díaz
EDITORIA: U. Nacional de Colombia, Bogotá, 72 páginas
- 18 **La sexualidad va a la escuela**
ISBN 9789876912792
AUTORES: Ana Lía Kornblit e Sebastián Sustas
EDITORIA: Biblos, Buenos Aires, 188 páginas

- 19 **La universidad inconclusa**
ISBN 978-950-39-0313-1
AUTOR: Martín Omar Aveiro
EDITORIA: UNCuyo – EDIUNC, Mendoza, 296 páginas
- 20 **Mitomanías de la educación argentina: crítica de las frases hechas, las medias verdades y las soluciones mágicas**
ISBN 978-987-629-449-2
AUTORES: Emilio Tenti Fanfani e Alejandro Grimson
EDITORIA: Siglo XXI Editores, Buenos Aires, 272 páginas
- 21 **Multiplicidades e redimensionamentos na educação contemporânea**
ISBN 978-85-232-1271-1
ORGANIZADORA: Cristiane Porto e Andrea Versuti
EDITORIA: EDUFBA, Salvador, 224 páginas
- 22 **Narrativas de educadores: vivências e desafios em uma escola municipal de educação infantil**
ISBN 9788581485362
ORGANIZADORES: Neusa Lopes Bispo Diniz, Wáldina Regina de Almeida Vaz de Lima, Cristina Decico Lobarinhas, Adriana M. Momma-Bardela, João Severino de Oliveira e Márcia Maria Gomes da Silva
EDITORIA: Paco Editorial, Campinas, 200 páginas
- 23 **O ensinar enquanto travessia**
ISBN 978-85-232-1290-2
AUTOR: Carlos Skliar
EDITORIA: EDUFBA, Salvador, 179 páginas
- 24 **O grande diário do pequeno ator**
ISBN 9788527310222
organizadoras: Debora Hummel e Silvia de Paula
EDITORIA: Perspectiva, São Paulo, 264 páginas
- 25 **O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto**
ISBN 978-85-7994-086-6
AUTORES: Célio da Cunha, Moacir Gadotti, Genuíno Bordignon e Flávia Nogueira
EDITORIA: UNESCO, Brasília, 220 páginas
- 26 **O social e as políticas educacionais na contemporaneidade – Das desigualdades à violência no espaço educacional**
ISBN 978-85-7591-332-1
AUTORES: Lindomar Wessler Boneti, Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Thais Pacievitch
EDITORIA: Mercado de Letras, Campinas, 252 páginas
- 27 **Pantallas Ilimitadas. Usos e influencias en niños y jóvenes**
ISBN 978-987-591-408-7
AUTOR: Enrique Roberto Virdò
EDITORIA: Brujas, Córdoba, 112 páginas
- 28 **Políticas Educacionais: Práticas e Proposições**
ISBN 978-85-7826-196-2
ORGANIZADORES: Ana Cristina de Moraes, Antônia Solange Pinheiro Xerez e Daniel Cassiano Lima
EDITORIA: EDUECE, Fortaleza, 285 páginas

- 29 **Psicología, niño y familia en la Argentina (1900-1970)**
ISBN 978-98-7691-308-9
AUTORES: Luciano N. García, Florencia A. Macchioli e Ana María Talak
EDITORIA: Biblos, Buenos Aires, 218 páginas
- 30 **Reflexões do cotidiano escolar à luz do direito educacional: aspectos jurídicos e subjetivos**
ISBN 978-85-444-0206-1
AUTORES: Antonio Carlos Malheiros, Lucia Helena de Andrade Gomes, Marcela de Andrade Gomes
EDITORIA: CRV, Curitiba, 106 páginas
- 31 **Socialização, Educação, Linguagem – Códigos e Contextos**
ISBN 978-85-7591-325-3
AUTORA: Izumi Nozaki
EDITORIA: Mercado de Letras, Campinas, 312 páginas
- 32 **Socialización política y configuración de subjetividades. Construcción social de niños, niñas y jóvenes como sujetos políticos**
ISBN 978-958-665-304-60
AUTORES: Sara Victoria Alvarado Salgado e Hector Fabio Ospina Serna
EDITORIA: Siglo del Hombre, Bogotá, 320 páginas
- 33 **Tiempos contingentes: inserción laboral de los jóvenes en la Argentina pos neoliberal**
ISBN 978-84-15295-72-3
ORGANIZADORES: Pablo E. Pérez e Mariana Busso
EDITORIA: Miño y Dávila, Buenos Aires, 224 páginas
- 34 **Trabajo adolescente y migración desde Bolivia a Argentina**
ISBN 978-987-722-036-0
AUTORA: María Inés Pacecca
EDITORIA: CLACSO, Buenos Aires, 126 páginas
- 35 **Universidad íntima y sexualidades públicas**
ISBN 978-84-15295-35-8
AUTOR: Rafael Blanco
EDITORIA: Miño y Dávila, Buenos Aires, 192 páginas
- 36 **Vínculo y memoria. Acompañamiento terapéutico con niños internados**
ISBN 978-956-260-686-8
AUTOR: Matías Marchant
EDITORIA: Cuarto Próprio, Santiago, 218 páginas

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no sítio da própria revista: www.desidades.ufrj.br/submissao-de-artigo.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional.
7. Para as referências bibliográficas, colocadas em ordem alfabética ao final do texto, autoras e autores devem seguir o seguinte formato:

LIVROS

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 12ª ed.. São Paulo: Global, 2012.

REVISTAS OU PERIÓDICOS

TORRES, M. Carmen Euler e CASTRO, Lucia Rabello de. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. *Paidéia (USP)* 19 (42), 87-96, 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, Ana Lucia e ALMEIDA, Angela M. de Oliveira. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. Em L. Rabello de Castro e J. Correa (orgs.), *Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*, pags. 229-232. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. IHA 2009/2010: Adolescentes negros do sexo masculino são as principais vítimas de homicídios no Brasil. Disponível em: http://www.observatorioadolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106. Acesso em 14 de abril de 2013.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

1. Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.
2. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras, fonte Arial 11, em extensão .doc ou .docx, espaçamento duplo.
3. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, seguido de até 4 (quatro) palavras-chave que abarquem a temática abordada no artigo.
4. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.
5. Para citações de autores no corpo do texto deve ser usada o sistema autor data (ex. LIMA, 1999, p. 27).

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista até 4 (quatro) palavras-chave.

Normas específicas para as RESENHAS

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras, fonte Arial 11, em extensão .doc ou .docx, espaçamento duplo.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha até 4 (quatro) palavras-chave.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser enviados para o correio eletrônico indicado no site da revista. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente.

Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

Instituto de Psicologia/NIPIAC

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250

22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil

55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328

www.desidades.ufrj.br

DESIDADES

***Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude***

**Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

